



Narrativas de  
pertencimento Afro  
na educação

Alana Lucas Porcino dos Santos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

ALANA LUCAS PORCINO DOS SANTOS

**Negra, eu? Narrativas de pertencimento afro na educação**

São Paulo

2020

ALANA LUCAS PORCINO DOS SANTOS

**Negra, eu? Narrativas de pertencimento afro na educação**

**Versão Original**

Monografia apresentada à Escola de Comunicações e Artes para  
obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com  
habilitação em Relações Públicas

Área de concentração: Relações Públicas

Orientadora: Profa. Dra. Simone Alves de Carvalho

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Monografia apresentada à Escola de Comunicações e Artes para  
obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com  
habilitação em Relações Públicas

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Escola de Comunicações e  
Artes da Universidade de São Paulo Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Santos, Alana Lucas Porcino dos  
Negra, eu? Narrativas de pertencimento afro na educação /  
Alana Lucas Porcino dos Santos ; orientadora, Simone Alves  
de Carvalho. -- São Paulo, 2020.  
76 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Relações  
Públicas, Propaganda e Turismo/Escola de Comunicações e  
Artes / Universidade de São Paulo.  
Bibliografia  
Versão corrigida

1. Comunicação e raça 2. Comunicação social 3. Pertencimento  
racial 4. Relações Públicas 5. Raça e educação I. Alves de  
Carvalho, Simone II. Título.

CDD 21.ed. - 659

---

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

## **Agradecimentos**

Ao Daniel, que é muito mais que meu parceiro de vida (meu pretinho), e realmente acredita que eu posso mudar o mundo.

Ao meu pai, Valter, que me ensinou sobre o coletivo, e a minha mãe, Alessandra, que mesmo sem saber, me incentivou a perguntar o "Por que?" de tudo.

Ao Vini, que em todo momento me amou por quem eu sou e participou ativamente da minha construção sobre pertencimento racial quando disse "eu sou negro".

À Profa Dra Simone Alves de Carvalho por ver potencial em um artigo muito mal escrito bibliograficamente e me orientar com o coração, para uma monografia e para um estudo profundo sobre negritude.

Aos meus avós, eles são a minha história de pertencimento. Eu não tenho a louça portuguesa de dois séculos atrás, mas eu tenho a fé, a resiliência e a luta da geração deles que construiu as minhas oportunidades de hoje. Eles são a minha ancestralidade.

Às minhas amigas, que me impulsionaram como mulher negra e atravessam comigo esse caminho de autoconhecimento.

À Escola de Comunicações e Artes por ser o lugar fértil em que eu descobri minha paixão.

À Universidade de São Paulo, por ser pública e me ensinar toda a responsabilidade que isso carrega.

## **Resumo**

Dos Santos, Alana Lucas Porcino. **Negra, eu? Narrativas de pertencimento afro na educação.** 2020.

Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Relações

Públicas) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Em 2003, foi atualizada a Lei de Diretrizes e Bases, instituindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura da África no ensino básico. O presente trabalho tem o objetivo de estudar quais narrativas foram contadas sobre populações negras nos últimos 20 anos, entendendo que existe não somente uma ocultação da história negra, mas também uma narrativa nas entrelinhas da História oficial.

Palavras-chave: Racismo. Raça e pertencimento. Raça e educação. Comunicação Social. Análise Documental. Análise do discurso.

## **Abstract**

Dos Santos, Alana Lucas Porcino. **Negra, eu? Narrativas de pertencimento afro na educação.** 2020.

Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Relações

Públicas) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

In 2003, the Law of Guidelines and Bases was updated, making it mandatory to teach African history and culture in basic education. The present work aims to study which narratives have been told about black populations in the last 20 years, understanding that there is not only a concealment of black history, but also a narrative between the lines of official history.

Keywords: Racism. Race and belonging. Race and education. Social Communication. Documental Analysis. Discourse Analysis (DA)

## **Sumário**

<b>Agradecimentos</b>	<b>5</b>
<b>Resumo</b>	<b>6</b>
<b>Sumário</b>	<b>7</b>
<b>Lista de Figuras</b>	<b>9</b>
<b>1. Introdução</b>	<b>12</b>
<b>2. O embranquecimento no Brasil: introdução ao colorismo</b>	<b>15</b>
2.1. Locus social e lugar de fala	15
2.2. Colorismo como expressão do racismo	18
2.3. A pigmentocracia e a confusão de identidade no Brasil	27
<b>3. Panorama geral do storytelling: sobre o conceito de narrativa</b>	<b>35</b>
3.1. A narrativa da história e a história narrada	35
3.2. A sutileza da narrativa: o conceito de storytelling	36
<b>4. Histórias negras nas provas vestibulares</b>	<b>39</b>
4.1. Análise documental: levantamento de trechos nas provas de 1998-2018	39
4.2. Análise do discurso: como são contadas as nossas histórias	43
4.2.1. Atos Ilocutórios: contexto da contação das histórias	43
Questão 58, Enem 1998	44
Questão 25, Fuvest 1999 - realizada em 1998	46
Questão 39, Fuvest 2004 - Realizada no ano de 2003	47
Questão 4, Enem 2013	49
Questão 105, Enem 2013	50
Questão 24, Enem 2018	51
Questão 57, Enem 2018	53
Questão 64, Enem 2018	54
Questão 88, Fuvest 2019 - realizada no ano de 2018	55
4.2.2. Atos Perlocutórios: como o sujeito e o interlocutor se posicionam	56
<b>5. Considerações Finais</b>	<b>63</b>
<b>6. Referências</b>	<b>65</b>
<b>7. Apêndice</b>	<b>70</b>
<b>8. Anexo</b>	<b>71</b>

## Lista de Figuras

Figura 1: Gráfico de distribuição das questões nas 4 classificações	32
Figura 2: Gráfico de distribuição das questões nas 9 categorias encontradas	34
Figura 3: Questão 58, Enem 1998	37
Figura 4: Questão 25, Fuvest 1999	38
Figura 5: Questão 39, Fuvest 2004	40
Figura 6: Questão 4, Enem 2013	41
Figura 7: Questão 105, Enem 2013	42
Figura 8: Questão 24, Enem 2018	44
Figura 9: Questão 57, Enem 2018	45
Figura 10: Questão 64, Enem 2018	46
Figura 11: Questão 88, Fuvest 2019	47
Figura 12: Gráfico de evolução das questões negativas ao longo do tempo	50
Figura 13: Gráfico de evolução temporal das questões nas 9 categorias encontradas	51
Figura 14: Gráfico comparativo de distribuição de questões negativas ao longo do tempo	52



*Tudo que bate é tambor*

*Todo tambor vem de lá*

*Se o coração é o senhor, tudo é África*

*Pois em prática, essa tática, matemática falou*

*Enquanto a terra não for livre, eu também não sou*

*Enquanto essa história de quem tá por vir, eu vou*

*Jantar com as menina enquanto germina o amor*

*É empírico, e onírico, meio pírico, meu espírito*

*Quer que eu tire de tua dor*

*Quer mil volta descarga de tanta luta*

*Adaga que rasga com força bruta*

*Deus, por que a vida é tão amarga?*

*Na terra que é casa da cana-de-açúcar*

*E essa sobrecarga fruto gueto*

*Embarga e assusta seu suspeito*

*Recarga que é igual a Jesus*

*No caminho da luz, todo mundo é preto*

*E de repente ignoram que a presença desse ɾ no lugar do ʌ nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o ʌ inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, 1984, p.238, apud RIBEIRO, 2017, p.8)*

## 1. Introdução

Uma vez participei de uma conversa com o Emicida e ele disse: "*Nóis se reúne pra chorar o racismo, 20 anos depois, quando o estrago já tá feito, enquanto a gente devia ensinar nossos menino a mandar 'tomar no c\*' quando ouvisse alguma coisa. Nóis tem que chegar antes do racismo.*"

Guardadas as devidas proporções, o que ele queria dizer é que para além da violência diária do racismo, não preparamos as nossas crianças para que elas sejam seguras de quem são, de sua história e ancestralidade e, depois de anos, nos encontramos, todos confusos, percebendo que somos negros pelas agressões e não pela construção étnico-racial.

Há um tempo, já havia começado a perceber o privilégio que era saber contar sua história de 60 anos para trás. Pretos e pardos, no geral, não tem essa conexão histórica. E, que diferença teria feito na minha infância, se eu tivesse entendido que era negra por descendência e não pelas violências estruturais que sofreria ao longo da vida.

O presente trabalho surgiu da hipótese de que, não só como sociedade não contamos histórias sobre a História de pretos e pretas, como também passamos às nossas crianças uma narrativa de inferiorização da população negra, embutida nas entrelinhas da história oficial. A ideia inicial era analisar os livros de história da educação pública, mas, como nenhum registro que pudesse ter acesso foi encontrado, optou-se por seguir com a análise das provas vestibulares - que em teoria são um reflexo do ensino básico e médio (e conhecidamente excludentes). Que histórias contamos para os adolescentes pretos e pardos de todo o país que fazem essas provas? Será que eles se vêem representados e se enxergam na educação?

Falo como uma mulher negra, de pele clara, de classe média, que foi a primeira da família a cursar uma Universidade Pública, que hoje colhe oportunidades fruto do sangue e suor de quem veio antes e, que descobriu uma paixão por contar histórias de negritude. A comunicação também pode (e deve) ser uma ferramenta antirracista.

Este trabalho se inicia com uma abordagem breve sobre teóricas do conceito de lugar de fala e a sua aplicação nos estudos raciais. Em seguida, a conceituação de storytelling e o conceito de narrativa, que conecta a educação racializada com a comunicação social. Na etapa de

análise, primeiro um levantamento qualitativo e comparações sobre a quantidade de questões que fazem referências à populações negras nos dois vestibulares estudados (ENEM e FUVEST) e em seguida a análise do discurso de questões escolhidas segundo critério explicitado posteriormente. Por fim, conclusões relacionando o levantamento teórico com o resultado da análise quantitativa e do discurso.

*Essa é a história deste país, a história de gerações de pessoas que sentiram o chicote da escravidão, a vergonha da sujeição, a ferroada da segregação, mas que seguiram aguentando e esperando e fazendo o que precisava ser feito para que, hoje, eu acorde toda manhã em uma casa que foi construída por escravos, e assista a minhas filhas – duas belas, inteligentes e jovens mulheres negras – brincando com seus cães no gramado da Casa Branca - Michelle Obama*

## **2. O embranquecimento no Brasil: introdução ao colorismo**

### **2.1. Locus social e lugar de fala**

O surgimento e popularização das redes sociais como ferramenta de engajamento e participação social parecem ter difundido não só as discussões antes confinadas em ambientes acadêmicos e/ou políticos, como também ter tornado acessível e palatável a assimilação de conceitos anteriormente restritos aos círculos tradicionais de discussão. Alguns indicativos dessa democratização dos debates podem ser vistos nos trabalhos da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, no núcleo de Política e Redes Sociais. Toda semana, o instituto de pesquisa publica um resumo do que prevaleceu nas redes em matéria de políticas públicas. "Veto ao orçamento gerou 300 mil menções no Twitter" ou "Manifestação anti-congresso cresce nas redes após compartilhamento de Bolsonaro" e "Manu Gavassi e a educação do machismo pelo paredão" são apenas alguns dos exemplos de assuntos tradicionalmente de difícil compreensão que têm sua discussão facilitada pelas possibilidades geradas nas redes sociais. Tendo isso em vista, a ampliação de vozes nesses debates levanta o questionamento sobre desde qual lugar social os indivíduos expressam suas opiniões.

À partir do conceito de lugar de fala então, começam-se os questionamentos - principalmente vinculados às manifestações em redes sociais - sobre quem pode ou não falar sobre determinado assunto. Porém, exatamente como coloca Djamila Ribeiro em *O que é Lugar de Fala* (2017), o conceito de lugar de fala não tem a proposta de restringir quem pode participar do debate de diferentes temas, mas sim de conscientizar que diferentes pessoas participam de diferentes grupos sociais e que cada um deles tem uma perspectiva sobre determinada temática.

Exemplificando, Ribeiro coloca:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta dessa sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas

também e não somente pela perspectiva de quem venceu, para parafrasear Walter Benjamin, em Teses sobre o conceito de história. (RIBEIRO, 2017, p. 41).

Aplicando a exemplificação do conceito de lugar de fala para o contexto do ensino de História na rede pública, faz-se necessário a apresentação dos fatos e da construção da identidade nacional desde uma perspectiva também de povos não-brancos (negros e indígenas). Sobre isso, é importante destacar que, ao pensar lugar de fala, não se deve focar nas experiências de cada indivíduo para com uma mesma temática e sim entender e considerar qual é o locus social que origina o ponto de vista do sujeito. Embora *standpoint*, o conceito equivalente no Inglês, seja datado de 1807 nos trabalhos de Hegel, é na década de 1970 que ele é trazido para o centro do pensamento feminista como uma tentativa de estabelecer bases epistemológicas para a militância (Hekman, 1997). Portanto, são as suas aplicações nos trabalhos de acadêmicas feministas que serão consideradas a seguir.

Em 1983, Nancy Hartsock publica o artigo Money, Sex and Power que, com influências de uma perspectiva materialista marxista, revoluciona o contexto das teorias feministas ao propor que a visão da realidade por parte do opressor é parcial, enquanto a apreensão da realidade experimentada pelo oprimido seria a verdadeira (Hekman, 1997), uma vez que ele tem o panorama do oprimido sobre como funcionam as relações sociais. Sendo assim, o *standpoint* das mulheres seria aquele que permitiria uma perspectiva íntegra e panorâmica da realidade.

Em 1997, Susan Hekman, apesar de reconhecer a extrema importância da contribuição de Hartsock na teoria feminista, traz uma nova perspectiva sobre o locus social. Ele não seria sobre que indivíduo está no *standpoint* que lhe permite ver a verdade, mas sim um conceito que fugiria da dicotomia do conhecimento até então - entre verdade e mentira. Entender o locus social é saber que o conhecimento se dá para além de quem tem a apreensão mais correta da realidade, criando um novo paradigma, em que o saber é produzido desde diferentes *standpoints*, particularizado e não genérico.

Em resposta a Hekman, Patrícia Hill Collins aponta a problemática de compreender o locus social como individual e particularizante. Ela exemplifica com uma família de classe média, negra, nos Estados Unidos. Se o *standpoint* fosse considerado a relação material que ela tem com o mundo a sua volta, ele não seria capaz de enquadrá-la na discriminação racial que a

afeta convivendo na sociedade civil, do mesmo jeito que afeta qualquer outro negro - independente de sua condição financeira (Collins, Winter, 1997). Por isso, ela traz a seguinte noção de locus social:

*The notion of standpoint refers to groups having shared histories based on their shared location in relations of power - standpoints arises neither from crowds of individuals nor from groups analytically created by scholars and bureaucrats. [...] Race, gender, social class, ethnicity, age and sexuality are not descriptive categories of identity applied to individuals. Instead, these elements of social structure emerge as fundamental devices that foster inequality resulting in groups. (COLLINS, 1997, p. 2).<sup>1</sup>*

Ou seja, a noção de locus social se refere a grupos que têm histórias compartilhadas por ter posições semelhantes nas relações de poder. Dessa forma, o *standpoint* não se dá primeiro pela definição do grupo criada analiticamente, como ela coloca, mas sim como essas características da estrutura social, usadas para incentivar a desigualdade, resultam nesses grupos. De forma prática, não é porque alguém é negro e rico que seu locus social é definido por isso, porém as experiências de desigualdade que se derivam de ser negro e rico nesta sociedade se referem ao *standpoint* desde onde fala o sujeito. Por isso que no exemplo dado em seu artigo, a família negra de classe média estadunidense não é poupada de sofrer racismo nos ambientes civis.

Logo, nesta análise, será usada a definição de locus social proposta por Patrícia Hill Collins em *Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power?* (1997) para dar seguimento a esse trabalho, sem menosprezar o caráter de importância do conceito trazido para a teoria feminista por Hartsock e a característica não dicotômica do *standpoint* defendida por Hekman.

---

<sup>1</sup> A noção de *standpoint* refere-se a grupos que têm histórias compartilhadas com base em sua localização compartilhada nas relações de poder - *standpoints* não surgem nem de multidões de indivíduos, nem de grupos criados analiticamente por estudiosos e burocratas. [...] Raça, gênero, classe social, etnia, idade e sexualidade não são categorias descritivas de identidade aplicadas aos indivíduos. Em vez disso, esses elementos da estrutura social emergem como dispositivos fundamentais que promovem a desigualdade, resultando em grupos. (Collins, 1997, p. 2, tradução livre).



É, portanto, baseada nos conceitos explicitados até então que a filósofa e jornalista Djamila Ribeiro, traz para a literatura brasileira um compilado do que é o lugar de fala, relacionando-o com o conceito do *standpoint*. Ela defende que a não utilização do conceito do lugar de falar ao colocar-se, implica em normalizar o caráter absoluto e verdadeiro daquele que fala. Dessa forma, a suposta imparcialidade no discurso é coerente quando quem discursa não tem dificuldades de ser ouvido e legitimado:

Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível "voz de ninguém", como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade. Não à toa, iniciamos esse livro com uma citação de Lélia Gonzalez: 'o lixo vai falar, e numa boa'. (RIBEIRO, 2017, p.43).

O objetivo deste presente trabalho é não só identificar qual narrativa a "voz de ninguém" conta no estudo de história do ensino básico, mas também, à partir disso, destacar a importância de múltiplas vozes *de alguém* na construção das narrativas históricas na educação.

## **2.2. Colorismo como expressão do racismo**

O colorismo, também chamado de pigmentocracia, é um tipo de discriminação baseado nas características fenotípicas dos indivíduos negros, ele não somente reforça as bases estruturais do racismo (Silva, 2017) como também contribui para uma hierarquização de exclusão dentro da própria etnia. No Brasil, ele está profundamente ligado com o racismo de marca (Nogueira, 2006) - que leva em consideração características fenotípicas para a discriminação - e se apresenta também como a ideologia da democracia racial.

Para Oracy Nogueira, o racismo de marca constitui uma estrutura de discriminação racial tipicamente brasileira que se constrói de maneira distinta de outras colônias que presenciaram a escravização de povos negros, em especial, dos Estados Unidos. O autor contrapõe os dois tipos de racismo identificados como racismo de marca - o brasileiro, e racismo de origem -

estadunidense, pela maneira como categorizam e, portanto, discriminam negros e afrodescendentes.

O de marca, como o próprio nome dá a entender, leva em consideração características visíveis associadas à etnia - os traços negróides. Já o racismo de origem, considera a ascendência como determinante na categorização, então um indivíduo mesmo que com presença de traços caucasianos, pode ser considerado negro pela sua filiação ou parentesco:

Assim, a concepção de branco e não-branco varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região. Nos Estados Unidos, ao contrário, o branqueamento, pela miscigenação, por mais completo que seja, não implica incorporação do mestiço ao grupo branco. (NOGUEIRA, 2006, p. 8).

Dessa maneira, o preconceito de marca está muito ligado com a aparência do indivíduo. Por exemplo, seguindo esse raciocínio, dois irmãos - filhos de mesmo pai e mãe, podem ser considerados de etnias diferentes para a estrutura de discriminação racial brasileira, enquanto o primeiro que tem traços negróides é socialmente identificado como negro, o segundo - com traços caucasianos, é socialmente lido como branco. Não é incomum encontrar então brasileiros negros, filhos de pais brancos, ou vice-versa - pais negros que têm filhos brancos.

Tal exemplificação nunca seria possível dentro de uma lógica de preconceito de origem - como é o que ocorre nos Estados Unidos. Uma vez que lá, durante o processo de segregação civil, as estruturas de racismo ficaram fixadas sobre o conceito de ascendência e descendência. Portanto, ainda que uma criança - filha de um casamento interracial e socialmente identificada no Brasil como branca, tenha traços caucasianos e não se assemelhe em nada ao fenótipo negro, será considerada pelos estadunidenses como negra.

Daniel Ferreira Wainer (2013), debruçando-se sobre o estudo das relações raciais no trabalho de Oracy Nogueira (2007), sumariza os doze tópicos de contraposição entre o preconceito de marca e o preconceito de origem:

A argumentação do autor se baseia, mormente, em doze pontos principais. Como Nogueira está trabalhando com tipos-ideais, ele faz questão, sempre, de enfatizar as diferenças entre um tipo e outro. Assim, os doze principais pontos que diferenciam os tipos de preconceito de marca e de origem estão explicitados, de forma mais clara, na sequência.

1. Modo de atuar: onde é de marca determina preterição; onde é de origem, uma exclusão.
2. Definição de pertencimento: onde o preconceito é de marca, o critério é o fenótipo; onde é de origem, a ascendência pertencente ao grupo discriminado.[...]
3. Carga afetiva: onde é de marca, ele tende a ser mais intelectual e estético; onde é de origem, tende a ser mais emocional e integral.[...]
4. Efeito sobre as relações interpessoais: onde é de marca, relações pessoais de amizade e admiração cruzam as fronteiras de marca; onde é de origem, relações entre indivíduos de grupos diferentes são severamente restringidas por tabus e sanções negativas.
5. Ideologia: onde é de marca, é assimilacionista e miscigenacionista; onde é de origem, é segregacionista e racista. [...]
6. Distinção entre diferentes minorias: onde é de marca, o dogma da cultura prevalece sobre o da raça; onde é de origem, dá-se o oposto.[...].
7. Etiqueta: onde é de marca, a etiqueta de relações inter-raciais põe ênfase no controle dos membros do grupo discriminador, de modo a evitar a suscetibilização ou humilhação de indivíduos do grupo discriminado; onde é de origem, a ênfase está no controle do comportamento de membros do grupo discriminado, de modo a conter a hostilidade dos elementos do grupo discriminador. [...]. (NOGUEIRA, 2007, apud WAINER, 2013, p. 109).

Nos primeiros sete tópicos apresentados já é possível fazer uma conexão entre as características levantadas pelo autor, e os tipos de relação racial que comumente presenciamos no senso comum. Um exemplo disso é o ditado popular "Em casa de enforcado não se fala em corda", em que a etiqueta racial prevê que o grupo discriminador não aborde o assunto da

racialização, em outras palavras, não é considerado educado que aborde com um negro o assunto de sua negritude e/ou origem. Seguindo, tem-se os próximos cinco tópicos:

8. Efeito sobre o grupo discriminado: onde é de marca, a consciência da discriminação tende a ser intermitente; onde é origem, tende a ser contínua. [...]

9. Reação do grupo discriminado: onde é de marca, a reação tende a partir do indivíduo, que procura compensar suas marcas; onde é de origem, a reação tende a ser coletiva. [...]

10. Efeito da variação proporcional do contingente minoritário: onde é de marca, o preconceito tende a se atenuar nos locais em que há maior proporção de indivíduos do grupo discriminado; onde é de origem, tende a se agravar nos locais em que o grupo discriminado se torna mais conspicuous pelo número. [...]

11. Estrutura social: onde é de marca, 'a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe' (NOGUEIRA, 1985a, p. 90); onde é de origem, o discriminador e o discriminado permanecem segregados.

12. Tipo de movimento político que inspira: onde é de marca, a luta dos discriminados tende a se confundir com a luta de classes; onde é de origem, o grupo discriminado age como uma minoria nacional coesa. (NOGUEIRA, 2007, apud WAINER, 2013, p. 109).

Observando os doze tópicos dispostos acima (os sete primeiros e os cinco últimos) é possível encontrar relações de similaridade e causa e consequência entre características de determinado tipo de preconceito e as experiências de discriminação que se deram nesses territórios. Da mesma forma em que é possível perceber o preconceito de origem ligado às discriminações civis e oficializadas impostas às populações negras estadunidenses - como escolas somente para brancos, segregação de bairros e proibição de casamentos interracialis - observar as características contrapostas do preconceito de marca leva a uma relação iminente ao processo de miscigenação brasileiro e a ideologia da democracia racial.

Comparando os pontos “2. Definição de pertencimento” e “4. Efeito sobre as relações interpessoais” é possível perceber nuances do preconceito racial brasileiro. Não raro é possível ouvir no senso comum, frases ou jargões que tentam “amenizar” qualquer referência negróide na aparência de um indivíduo, como “moreno”, “mulato”, “escurinho”, “queimadinho”, entre outros.

Essa amenização parece funcionar como a negação da existência de algum tipo de segregação e dessa forma, as relações amigáveis se dão de maneira recorrente. Um exemplo desse comportamento pode ser percebido na pesquisa do IBGE, de 2008, *Características étnico-raciais da população*. A pesquisa explicita as 14 (quatorze) categorias mais comuns de autoidentificação de cor ou raça da população brasileira:

- Branca
- Italiana
- Alemã
- Clara
- Amarela
- Indígena
- Brasileira
- *Mulata*
- *Mestiça*
- *Morena*
- *Parda*
- *Negra*
- *Morena Clara*
- *Preta*

Observa-se que das 14 categorias mais comumente usadas, 7 são termos que se referem à cor/etnia negra e afrodescendente. Isso não só reforça a tentativa de amenização de características fenotípicas negróides como também trata sobre o tom “amistoso” apresentado no tópico 4: como ser negro é interpretado como um defeito, para que as relações interpessoais possam continuar cruzando as fronteiras de raça, é necessário suavizar qualquer termo que possa referenciar o indivíduo como tal.

Dessa forma, como coloca o ponto 5, no lugar em que se dá o preconceito de marca a

ideologia presente é assimilacionista, ou seja, espera-se que negros com o passar do tempo renunciem sua ascendência e pertencimento racial e assimilem uma identidade caucasiana. Isso relaciona-se intimamente com a miscigenação, uma vez que relacionamentos sexuais interracializados seriam uma maneira de enfraquecer características negróides tidas como negativas, em uma ideia de purificação racial e embranquecimento:

Portanto, ainda que implique uma condenação ostensiva do preconceito, a ideologia miscigenacionista não é senão uma manifestação deste, uma vez que, em geral, o indivíduo branco espera que o branqueamento resulte do concurso dos demais brancos, e não do seu, principalmente, quando se trata de união legítima. Por sua vez, a pessoa de cor que se preocupa em se unir com uma pessoa de cor clara revela, em geral, insatisfação com os traços negróides e preferência pelo tipo europeu, desejando que a este pertençam os seus descendentes. (NOGUEIRA, 2006, p. 298).

Uma grande evidência da tentativa de branqueamento da sociedade brasileira por parte de políticas governamentais foi o forte incentivo à imigração de europeus, que trouxe para o Brasil praticamente o mesmo contingente de indivíduos negros trazidos durante a época da escravidão, porém em um tempo surpreendentemente menor, como ênfase da institucionalização do branqueamento. Sobre isso, Carone e Aparecida:

Esse medo do negro que compunha o contingente populacional majoritário no país gerou uma política de imigração européia por parte do Estado brasileiro, cuja consequência foi trazer para o Brasil 3,99 milhões de imigrantes europeus, em trinta anos, um número equivalente ao de africanos (4 milhões) que haviam sido trazidos ao longo de três séculos. (CARONE e BENTO, 2002, apud SILVA, 2017, p.8)

Essa tentativa de embranquecimento da população cria uma infinidade de tonalidades e fenótipos possíveis para pessoas negras, e a ideia de que negros e brancos agora estão "misturados" sustenta o mito da democracia racial.

A democracia racial nega que exista algum tipo de desigualdade ligada à cor ou raça atribuindo o fracasso ou sucesso exclusivamente ao mérito. Uma definição popular da democracia racial diz:

**Democracia Racial, Democracia étnica** ou ainda **Democracia Social** são tipos de termos usados por alguns para descrever as relações raciais no Brasil. O termo denota a crença de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial vista em outros países, mais especificamente, como nos Estados Unidos. (WIKIPÉDIA, 2019, s/p).

A problemática desse mito gira em torno do fato de que ele desconsidera o prejuízo histórico para os grupos negros e a estrutura racista na qual a sociedade é construída. Assim, caminhando junto com o preterimento próprio ao preconceito de marca, ela atribui o não pertencimento, a diferença de condições sociais e econômicas e as constantes opressões raciais, única e exclusivamente ao acaso e ao mérito. Oracy Nogueira destaca sobre como as características do preconceito de marca brasileiro parecem levar à exaltação do igualitarismo racial:

Não obstante acobertar uma forma velada de preconceito, a ideologia brasileira de relações inter-raciais, como parte do ethos nacional, envolve uma valorização ostensiva do igualitarismo racial, constituindo um ponto de referência para a condenação pública de manifestações ostensivas e intencionais de preconceito, bem como para o protesto de elementos de cor contra as preterições de que se sentem vítimas. (NOGUEIRA, 2006, p.298).

Ao afirmar uma democracia racial, o caráter estrutural e coletivo é negado e portanto as sucessivas violências sofridas por indivíduos negros em todas as áreas de suas vidas são apresentadas como fatos isolados, dificultando o processo de identificação e pertencimento e, portanto, a capacidade de reação e resistência.

Em 2014 foi apresentado o resultado preliminar de uma pesquisa do Instituto Data Popular - especializado em pesquisa de opinião na classe C - em que 92% dos brasileiros afirmava acreditar existir racismo no Brasil, porém apenas 1,3% se reconhecia racista. Na prática, todos conheciam alguém que era racista, mas quase nenhum dos entrevistados se identificava como:

Dados preliminares de uma pesquisa inédita do Instituto Data Popular põem à prova o mito da democracia racial. O estudo, em fase de conclusão, mostra que, apesar de 92% dos brasileiros acreditarem que há racismo no país, somente 1,3% se considera racista.

O instituto calculou que 92 milhões (68,4%) dos brasileiros adultos já presenciaram um branco se referir a um negro como “macaco”. E, destes, apenas 12% tomaram alguma atitude. O levantamento mostra ainda que um em cada seis homens brancos não queria ver uma filha casada com um homem negro. (INSTITUTO GELEDÉS, 2014).

Tais resultados colocaram em questão a ideia de democracia racial no Brasil, uma vez que o resultado esperado seria que se pouquíssimos se consideram racistas, a percepção de que existe preconceito racial no país deveria ser de uma proporção ao menos similar. Nogueira coloca a ideologia da democracia racial como uma ferramenta de reafirmação do racismo, uma vez que ela impede que os indivíduos se identifiquem como racistas e que haja reconhecimento da situação de desigualdade racial dos negros no país:

assim, a democracia racial acaba se tornando um mecanismo de reforço do racismo, justamente por desconsiderar a sua atuação: a ética de relações raciais ainda hoje em vigor, no Brasil, centrada na mesma imposição de discriminação que, sob a aparência de respeito ou proteção à sensibilidade dos discriminados, contribui de um modo sutil para a preservação do ‘status quo’ racial pela persuasão subliminar das próprias vítimas do preconceito e da discriminação. (NOGUEIRA, 1989, p. 102 apud WAINER, 2013, p.111).



Tal ideologia é fortalecida pelo aspecto do preterimento fenotípico indicado do ponto 2 "Definição de pertencimento". Como o preconceito brasileiro (de marca) leva em consideração o fenótipo, cria-se então uma escala de preterimento e exclusão dentro da população negra, que dá a ilusão de ascensão social e pertencimento equânime àqueles com características negróides pouco identificáveis. A esse segundo mecanismo, se dá o nome de colorismo ou pigmentocracia. Silva (2017) estudando sobre o colorismo como reforço da discriminação racial no Brasil o descreve da seguinte maneira:

O colorismo, assim, surge como um tipo de discriminação baseado na cor da pele onde, quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer exclusão em sociedade. Também denominado de pigmentocracia, o colorismo tende a elaborar e definir alguém pela própria cor da pele, é dizer, a tonalidade da cor da pele será fundamental para o tratamento que receberá pela sociedade, independentemente da sua origem racial. (SILVA, 2017, p. 3).

Ou seja, a pigmentocracia cria uma estratégia de "bonificação" dentro da comunidade negra, que reforça o preconceito racial. Aqueles que têm traços menos negróides são mais tolerados - e aqui é importante ter atenção ao termo "tolerados". Silva (2017) afirma que os negros, mesmo aqueles de traços menos negróides ou de pele mais clara, nunca seriam aceitos, uma vez que isso seria admitir que existe uma preferência e um padrão de "raças" e portanto assumir - por parte das classes dominantes - a existência do racismo.

Esse se mostra o aspecto fortalecedor da discriminação racial: o colorismo dá a ideia de que é possível ascensão social e igualdade racial, uma vez que alguns negros (aqueles com fenótipo mais próximo ao caucasiano) conseguem adentrar em determinados lugares até então única e exclusivamente brancos, porém, esses mesmos indivíduos nunca são aceitos, porque são negros e, aceitá-los seria reconhecer que existe diferença no pertencimento de um negro e de um branco dentro das classes dominantes e então reconhecer a existência da discriminação racial:

Assim, no Brasil, a experiência decorrente do “problema da cor” varia com a

intensidade das marcas e com a maior ou menor facilidade que tenham indivíduo de contrabalançar-las pela exibição de outras características ou condições – beleza, elegância, talento, polidez etc. (NOGUEIRA, 2006, p. 302).

É essencial também, pensar que estar fora do padrão é simplesmente um fenótipo não-branco e não somente um fenótipo negro, primeiro porque não existe um fenótipo universal para as populações negras - esse é mais um aspecto do racismo, que ignora a pluralidade dentro de etnias negras - e, segundo, porque também deve ser considerada a questão indígena, que não será perpassada no presente trabalho, mas que também por vezes é incluída na pigmentocracia.

Dessa maneira, o colorismo e a democracia racial como mecanismos de afirmação do racismo, são muito próprios do preconceito racial de marca, tipicamente brasileiro, como descrito por Oracy.

O pertencimento relacionado com a questão fenotípica, leva a entender sobre a dificuldade de identificação dentro de um cenário de preconceito de marca. Como colocado no ponto 8 "Efeito sobre o grupo discriminado", a consciência da discriminação no preconceito de marca é intermitente e dificultada pelo aspecto relativo, uma vez que a apresentação fenotípica não é objetiva e nomeável como a ascendência, dentro do preconceito de origem.

### **2.3. A pigmentocracia e a confusão de identidade no Brasil**

Como descrito anteriormente a pigmentocracia como estratégia de classificação desde uma perspectiva branca das populações negras é prejudicial para a construção da identidade e pertencimento étnico-cultural, principalmente pelo seu aspecto relativo e comparador. Da mesma maneira como a questão do lugar de fala foi levantada anteriormente como a caracterização de *quem* fala, para fugir do lugar de absoluto, enxergar-se no outro é extremamente importante para a construção da representatividade individual. Então como um sujeito negro constrói a representação de si mesmo dentro de uma sociedade marcada pelo preconceito de marca, parece, antes de qualquer conscientização, influenciada pelo mesmo mecanismo que classifica dentro dessa estrutura de discriminação racial.

Assim como a história oficial encobre os elementos culturais de populações africanas e nega aos seus afrodescendentes a possibilidade de conhecimento ancestral e pertencimento ao não reconhecer o lugar de fala do narrador, as políticas de embranquecimento no Brasil e o mito da democracia racial produzem um apagamento e uma fragilização do que é ser negro, de modo que, para muitos indivíduos de fenótipos negróides mais próximos aos caucasianos, torna-se difícil identificar-se como negros e entender a relação de identificação social com outros negros de fenótipos diferentes. Justamente pela característica de preterimento do preconceito de marca, ele não causa uma exclusão facilmente perceptível - como não poder adentrar em determinado ambiente, pelo contrário, baseia sua opressão na relatividade do fenótipo individual.

A relativização do preconceito de marca, somado ao não reconhecimento do lugar de falar da classe dominadora, deixa a ideologia da democracia racial e o preterimento por comparação de fenótipo com o rótulo de absoluto. Em outras palavras, ao não ser possível reconhecer que o não pertencimento do negro é uma consequência da discriminação racial, porque tem-se essa realidade como dada, torna-se muito mais difícil se encontrar no outro, já que o ser negro passa a ser individual e definido pelos episódios de racismo e não coletivo, como citado anteriormente.

Primeiramente porque ser negro é considerado um termo pejorativo pela cultura popular, perceptível pelas tentativas de amenizar a identificação de um indivíduo negro nas relações informais - termos como "mulato", "moreno" e "queimadinho" são frequentes nos diálogos coloquiais. Exemplos de tentativas de eufemismo para "negro" foram apresentadas anteriormente junto à pesquisa do IBGE . Outros termos como "moreno de pele escura", "morena jambo", "mulata de traços brancos", "mestiço" e variações servem como uma tentativa de mascarar a identificação negra de um indivíduo e contribuem para um processo de confusão acerca da própria identidade.

Por confusão identitária, aqui entende-se o momento em que um sujeito tem dificuldade ou algum tipo de sofrimento em nomear a qual etnia pertence e, portanto, em autodenominar-se. Como a mestiçagem forçada e as políticas de embranquecimento da população criaram uma nuance quase infinita de tons de pele negra, existem agora muitas variações para serem agrupadas sobre a mesma identidade preta. Nogueira (2006) inclusive ressalta como a consciência racial no Brasil está fortemente atrelada a sofrer episódios racistas:

Em geral, o homem de cor, no Brasil, toma consciência aguda da própria cor nos momentos de conflito, quando o adversário procura humilhá-lo, lembrando-lhe a aparência racial, ou por ocasião do contato com pessoas estranhas, podendo passar longos períodos sem se envolver em qualquer situação humilhante, relacionada com a identificação racial. Isto é verdade, principalmente, para o homem de cor que vive numa pequena comunidade, onde predominam os contatos primários e onde, portanto, os indivíduos se conhecem pessoalmente uns aos outros. À medida que aumenta a frequência dos contatos secundários, se torna mais constante, para o indivíduo de cor, o risco de ser tratado em função dos traços raciais – e, portanto, de um estereótipo – pelo menos nas situações de contato categórico. (NOGUEIRA, 2006, p.300).

O colorismo, como estrutura de opressão, constantemente reforça a confusão já causada pelas tentativas de apagamento e embranquecimento e suscita a desunião dentro do grupo de negros - Wainer (2013), ao elencar os 12 contrapontos do preconceito de marca e do preconceito de origem do trabalho de Oracy Cardoso (2007), coloca no 9º ponto o caráter não coletivo de reação do grupo discriminado.

Como a pigmentocracia torna tolerável aqueles que possuem características mais próximas às caucasianas através do preterimento, cria uma discriminação dentro da própria etnia e faz com que os irmãos mais claros procurem cada vez mais se associar a branquitude e cada vez menos se apropriarem de sua negritude. Leopoldo Duarte (2015) para o Instituto Geledés, escreve sobre essa tentativa de se aproximar do ser branco:

Tampouco surpreende que tanta gente rejeite a própria negritude e declare sua cor em termos que servem de código para quase-brancos ou nem-tão-negros-assim tais como: “moreno”, “cor de jambo”, “cor de burro quando foge”, caboclo etc. Em uma cultura onde ainda se associa negritude à escravidão e servidão, é compreensível que quem pode passar por brancos não hesitem ao fazê-lo. Pois, numa sociedade ainda colonizada por ideais europeus,

orgulhar-se de não se parecer com o colonizador é tão revolucionário quanto afrontoso. (INSTITUTO GELEDÉS, 2015).

Oracy Nogueira descreve em seu artigo *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem* (2006), uma situação que pode ilustrar a citação de Leopoldo:

No dia 18 de dezembro de 1951, o seguinte caso foi presenciado, em São Paulo, pelo autor desta comunicação: num restaurante, encontravam-se, em diferentes mesas, além de outros fregueses, dois mulatos, bem-vestidos, e um branco, de classe operária, em traje de trabalho, sendo que a todos o garçom servia com a mesma atenção. Os dois mulatos eram tratados com familiaridade, tanto pelo gerente do estabelecimento como pelo empregado; e, de fato, já haviam sido vistos, ali, em ocasiões anteriores, sendo, portanto, fregueses habituais da casa. Pouco depois, entrou um rapaz preto que, pelo traje e pelo aspecto físico, estava em condições idênticas às do freguês branco, já referido. O Garçom não lhe permitiu que ocupasse um lugar, à mesa, o que fez com que o rapaz, ofendido, lhe perguntasse: “Aqui é o Esplanada?!”. A situação mostra, pois, o seguinte: um indivíduo de cor, em igualdade de condições com um branco, foi preterido; porém, dois outros indivíduos de cor, de classe superior à do mesmo branco, foram admitidos. (NOGUEIRA, 2006, p. 302).

No trecho acima, é possível perceber a ordem de preterimento imprimida para com os indivíduos negros: aqueles mais bem vestidos e que aparentavam ser de classe social mais elevada não foram preteridos em relação ao negro de classe operária, porém, o indivíduo branco, independente de sua classe social, foi aceito sem intercorrências. Sobre essa ascensão no tratamento experimentada pelos homens negros de melhor condição socioeconômica nesta situação, Nogueira continua sua análise:

Entre os próprios indivíduos de cor, há uma impressão generalizada de que é difícil levar a população de cor a manifestações de solidariedade e coesão e de que, em geral, quando um preto ou mulato “sobe” socialmente, ele se desinteressa pela sorte de seus companheiros de cor, chegando, mes-mo, com

frequência, a negar a existência de preconceito. (NOGUEIRA, 2006, p. 302).

Então, para além do profundo sofrimento psicossocial causado pela ausência de histórias com o seu lugar de fala, um indivíduo negro que não consegue saber sobre sua família, lugares, tradições de origem e elementos ancestrais por causa das consequências da escravização, ainda tem as amarras do racismo fortificadas pela pigmentocracia. Um sujeito que não se enxerga como negro, não pode consequentemente nomear as violências estruturais de racismo, deixando portanto a falsa ideia de democracia racial, ao entender que possíveis episódios de discriminação são fatos isolados e não coletivos. Silva e Silva (2017), reforça o colorismo como mais uma política racista e que portanto contribui para a sustentação e continuação de estruturas discriminatórias:

Assim, uma vez estabelecida a irreversível mistura que viria a existir no Brasil mesmo com as proibições e impedimentos, estipularam-se regras simbolicamente discriminatórias, a fim de fazer prevalecer a existência branca como o modelo universal de humano. Dessa maneira, à iminente extensão da mistura racial que se elaborava, foram elaborados critérios de superioridade.

É dizer, o negro enquanto carregava a cor da pele escura, notadamente forte e indisfarçável, permaneceu constantemente excluído e afastado do branco enquanto se pôde controlar. Mas, uma vez criada a mestiçagem, este mestiço que surgia de uma união inter-racial, por ter a cor da pele mais clara e aceitável, era tolerado e valorizado, a despeito do negro de cor mais escura. (SILVA, 2017, p.16).

Aqui é possível supor o efeito da mestiçagem dentro das relações intrarraciais de indivíduos negros de tons de pele distintos. Aqueles com tons de pele mais claros eram mais aceitos socialmente, o que leva a crer que tal hierarquização do preterimento pudesse gerar atritos entre a comunidade negra. Silva e Silva continua dissertando sobre as políticas de embranquecimento:

Políticas de inserção do 'negro mais claro' eram realizadas com o intuito de estimular o clareamento da cor da pele e o desaparecimento, quiçá, daqueles negros de cor indisfarçável. Políticas como valorização dos 'negros claros' que conseguiram ascender socialmente através da educação, do trabalho, da beleza estética eram realizadas exponencialmente, trazendo à público a necessidade de clarear a sociedade brasileira. (SILVA, 2017, p.16).

Com alguns negros sendo mais tolerados nos ambientes do que outros, torna-se ainda mais difícil o reconhecimento de sua identidade, uma vez que o tratamento que este recebe não o permite se identificar nem com o branco que comanda os espaços em que ele é tolerado, nem com o negro de pele mais escura, que é ainda mais preterido. Ao falar sobre o impacto do colorismo nos variados fenótipos de negros, Silva e Silva usa uma citação de Munanga:

A maior parte das populações afro-brasileiras vive hoje nessa zona vaga e flutuante. O sonho de realizar um dia o 'passing' que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indisfarçáveis. Estes, por sua vez, interiorizaram os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. (MUNANGA, 1999, apud SILVA, 2017, p. 9).

Ou seja, para além do enfraquecimento das culturas negras, da criação de hierarquias competitivas dentro da mesma comunidade étnica e do sofrimento psicossocial individual e coletivo, a pigmentocracia produz a confusão de identidade que enfraquece os movimentos de resistência negra e provoca desunião entre as populações de mesma etnia. O colorismo apresenta-se então como prática racista:

Conclui-se que o colorismo se sustenta em sociedade como prática racial discriminatória, uma vez que está relacionado a bases históricas e construções supostamente científicas e deterministas altamente bem estruturadas e perpetuadas através do tempo, embora estas mesmas bases reflitam unicamente

uma ideologia racista existente à época. (SILVA, 2017, p. 17).

É por causa da tipificação do preconceito brasileiro que se faz especialmente relevante o estudo das narrativas históricas das populações negras, contadas na educação. Para localizar na fala e quebrar a homogeneidade de um discurso absoluto e permitir possibilidades de pertencimento que o racismo estrutural nega a maioria dos negros no Brasil.



*Se a coisa tá preta, então a coisa tá boa* - Monique Evelle

### **3. Panorama geral do storytelling: sobre o conceito de narrativa**

#### **3.1. A narrativa da história e a história narrada**

Como o objetivo do presente trabalho é construir uma argumentação acerca do caráter narrativo das informações apresentadas nos livros de história de X ano, da rede de ensino público, convém iniciar a pesquisa delimitando o que será entendido como "storytelling" e, portanto, "narrativa".

Os materiais pedagógicos que retratam a história do Brasil possuem uma organização e ordenação de fatos coerentes e que compõe uma narrativa racional, que faz sentido e em ordem cronológica. É natural que seja apresentada a chegada dos Portugueses na América antes da apresentação dos ciclos econômicos do pau-brasil, por exemplo. No entanto, a delimitação do conceito de "narrativa", necessária para a compreensão deste trabalho, está intimamente conectada ao conceito de memória e não somente de história.

Para tanto, Ferreira explica que:

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória, por sua vez, também é uma 'construção do passado, mas pautada em emoções e vivências, ela é flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente' (FERREIRA, 2002, p. 321, apud COGO, 2012, p. 52).

Ou seja, para além da história como disciplina e produção de conhecimento científico, a presente análise perpassará a construção da História que é contada às crianças da rede pública de ensino, tendo em vista às emoções e vivências para/com e de populações negras, intrínsecas a um país que conviveu, sustentou e ainda respira uma trajetória de quase 400 anos de escravidão e essa, ocorrida majoritariamente com populações negras trazidas escravizadas.

### **3.2. A sutileza da narrativa: o conceito de storytelling**

As melhores práticas de comunicação estão relacionadas à promoção da comunicação de mão-dupla (Kunsch, 2003), que se distancia do caráter informacional e abertamente persuasivo, pois uma vez que o público o percebe sua tendência é rejeitá-la. Em outras palavras, um determinado público cria sentimentos e percepções negativas acerca de comunicações que lhe pareçam objetivamente tentar convencê-lo. Da mesma maneira, uma narrativa bem construída é sutil e subjetiva, afastando-se do caráter puramente informacional e se aproximando da reconstrução de fatos passados com ideias e conceitos amplos que só se materializam quando em relação com o interlocutor.

Sobre isso, Cogo coloca:

Postula-se aqui um afastamento da atrofia da experiência no mundo atual, porque quanto mais conduzida for a intenção da mensagem narrada, mais autoritária será e menos aproximativa. A narrativa genuína seria um discurso aberto, como será exposto a seguir, que prescindiria de explicação imediata e onde a 'moral da história' estaria para ser construída em cada um [...] E esta qualidade plural da narrativa, que pode agregar diversos elementos de elaboração distinta (valores, padrões linguísticos, mitos, metáforas, fatos), reconfigura as mensagens e às trocas." (COGO, 2012, P. 77).

De fato, quando fala-se de narrativas, é imprescindível que o seu decorrer seja mais aberto e menos impositivo e que ela permita a abrangência de outros componentes - mais subjetivos - em sua formação. Dessa maneira, a narrativa se conecta ao conceito moderno de "storytelling", que, em tradução literal, trata-se da contação de histórias.

A proposta do storytelling é que ele produza maior engajamento e traga as narrativas para um patamar horizontalizado, de forma que as informações não estão mais ligadas à transmissão hierarquizada, mas sim como um discurso acessível e empático a todos, como uma contação de histórias.

Posteriormente, Cogo relaciona o "storytelling" com as características da narrativa:

Os interagentes, com esta sintonia estabelecida pelo formato da narrativa, tendem a uma disponibilidade de interação mais intensa e duradoura. A reciprocidade acaba facilitada, com um interesse comum de crenças e temas que traz uma identificação entre os pólos e insinua uma maior intimidade e uma relação simétrica que dá a ideia de igualdade comunicativa, com supressão de hierarquias. (COGO, 2012, p. 110)

O storytelling se apresenta como uma maneira mais humana e empática de construir o encadeamento dos fatos, mas ainda assim, é um intermediário. A contação de histórias é um *media* e carece das narrativas que lhe serão incorporadas. É nesse sentido que entender quais são as narrativas que estão sendo apresentadas como histórias acessíveis e empáticas para as crianças na rede pública de ensino é de suma importância.

Caso a história do Brasil seja contada desde uma perspectiva eurocêntrica e racista, o fato de se apresentar como um storytelling não reduz o impacto de tal acontecimento, mas coloca a perspectiva eurocêntrica e racista no âmbito do inconsciente.

*Eu me tornei negra. A gente nasce neste país para tentar ser outra coisa, o que somos não é  
aceito. - Taís Araújo*

## **4. Histórias negras nas provas vestibulares**

### **4.1. Análise documental: levantamento de trechos nas provas de 1998-2018**

Para iniciar a análise que sustentará a presente pesquisa, optou-se por um levantamento de material através da metodologia de análise documental. Primeiramente, foi procurado a listagem de livros de história do ensino fundamental da rede pública dos últimos 20 anos, porém, não tendo sido encontrada, seguiu-se com a análise das provas pré-vestibular do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST).

Para tanto, foram coletadas provas a partir de 1998, com intervalos de 5 anos, ou seja, dos anos 1998, 2003, 2008, 2013 e 2018. Vale ressaltar que foi considerado o ano de realização das provas e não o ano nominal, dessa forma foram utilizadas as amostras:

- ENEM 1998, ENEM 2003, ENEM 2008, ENEM 2013, ENEM 2018
- FUVEST 1999, FUVEST 2004, FUVEST 2009, FUVEST 2014, FUVEST 2019

As questões foram comparadas e analisadas, ano a ano, seguindo a ordem cronológica, analisando-se as duas provas do mesmo ano. Foram destacadas (em anexo ao final) todas as questões que fazem referência a indivíduos ou populações negras. Dessa forma, uma questão teorizando a escravidão não foi levada em consideração, a menos que nela houvesse alguma referência aos "escravos no Brasil", por exemplo.

Após este levantamento, as questões foram categorizadas em quatro classificações (categorização no apêndice ao final):

- Tempo a que faz referência: atualidade, passado ou ambos;
- Condição do indivíduo a que faz referência: livre, escravizado ou ambos;
- Conotação geral do tema abordado: positivo, negativo ou ambos (para o caso de questões que trabalham com o recurso da contraposição);

- Perspectiva de retratação da pessoa ou população: ativa, passiva ou ambos

Baseado nessas classificações e na contagem numérica das questões, foi possível obter dados suficientes para a representação gráfica quantitativa que será apresentada na figura 1. Do total de 994 questões avaliadas, 24 tratavam a temática de história e população negra, o equivalente a 2,41% das questões avaliadas. Das 24 encontradas, 16 fazem referências a indivíduos escravizados (67%), 19 têm conotação negativa (79%), 17 retratam a pessoa e/ou população desde uma perspectiva passiva (68%) e 16 fazem referência ao tempo passado (67%):

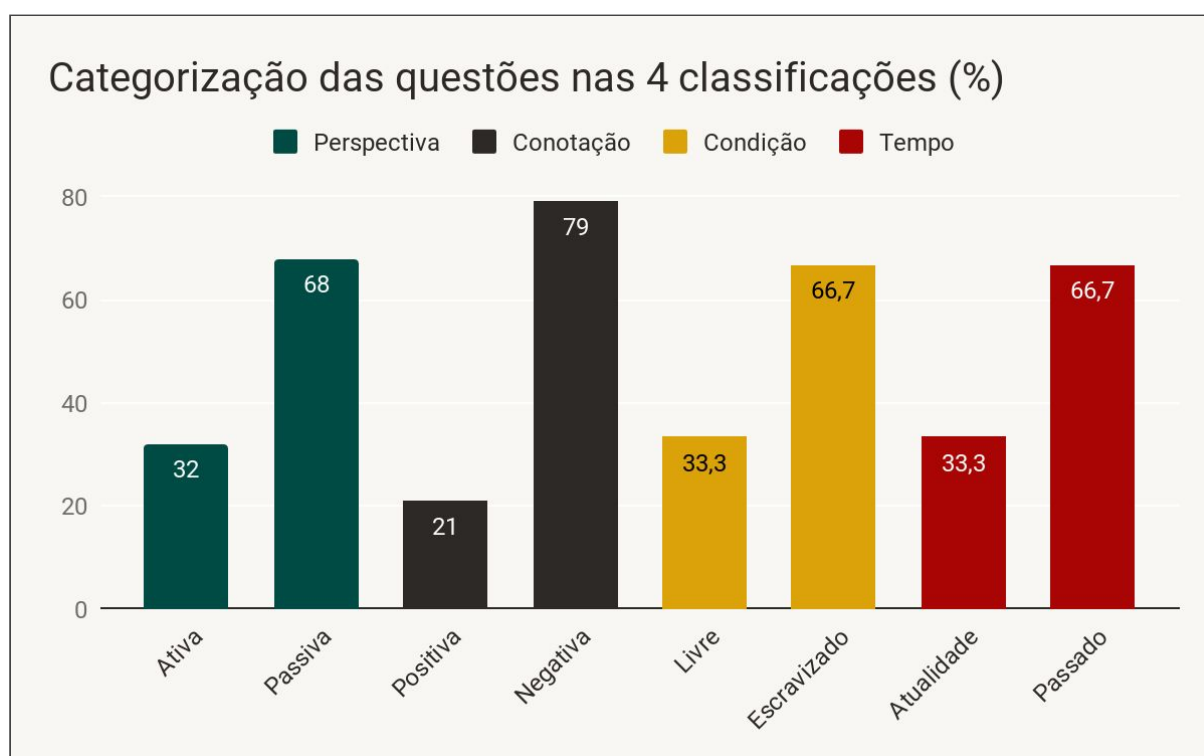


Figura 1 - Distribuição das questões nas 4 classificações.

Como apontado pela representação gráfica, a maior parte das questões se refere a indivíduos escravizados (67%), o que apesar de ser compreensível dado passado histórico de escravização de populações negras, também demonstra a lacuna de questões acerca de outros aspectos próprios da *origem*. Como discutido anteriormente à partir do trabalho de Oracy Nogueira, o racismo de marca no Brasil se desconecta dos aspectos de origem e pertencimento

de uma etnia, o que parece ser evidenciado pela falta de questões nestas provas de vestibular que abordem aspectos de reafirmação política, histórica e cultural, das populações negras.

Em seguida, a mesma porcentagem (67%) é observada para questões que abordam fatos do passado histórico, demonstrando a ausência de questões que avaliem fatos da atualidade vivenciados por personalidades importantes e populações negras.

Na classificação de questões com perspectiva passiva (68%), ou seja, aquelas em que o indivíduo é descrito não por sua contribuição ativa para o contexto abordado, mas sim pelo seu caráter figurante - passivo das ações de outro indivíduo, também é possível inferir sobre a lacuna de avaliação sobre conhecimentos de feitos marcantes e da organização cultural, social e econômica de populações negras, sejam elas escravizadas ou livres.

Por último, as questões com conotação negativa (79%), são o maior agrupamento das categorias e podem ser fortemente relacionadas pelo racismo de marca tipicamente brasileiro que foi discutido nos parágrafos anteriores.

Com a categorização do material destacado nas 4 classificações descritas, surgiram 9 categorias de questões, determinadas a partir da combinação dos resultados:

- Questões de contraposição ("ambos em todas as categorias") - que possuem as duas opções categorização em todas as classificações (4.2%);
- Questões da atualidade, que se referem ao indivíduo escravizado, com conotação negativa e sob perspectiva ativa (4.2);
- Questões da atualidade, que se referem ao indivíduo escravizado, com conotação positiva e sob perspectiva ativa (4.2);
- Questões do Passado, que se referem ao indivíduo escravizado, com conotação negativa e perspectiva ativa (4.2%);
- Questões do Passado, que se referem ao indivíduo tanto escravizado quanto livre (ambos), com conotação positiva e perspectiva ativa (4.2%);



- Questões da atualidade, que se referem ao indivíduo livre, com conotação negativa e perspectiva ativa (4.2%);
- Questões da atualidade, que se referem ao indivíduo livre, com conotação negativa e perspectiva passiva (12.5%);
- Questões da atualidade, que se referem ao indivíduo livre, com conotação positiva e perspectiva ativa (12.5%);
- Questões do Passado, que se referem ao indivíduo escravizado, com conotação negativa e perspectiva passiva (50%);

Com a definição das categorias acima, formou-se o seguinte gráfico, que indica da porcentagem de questões em cada uma delas:

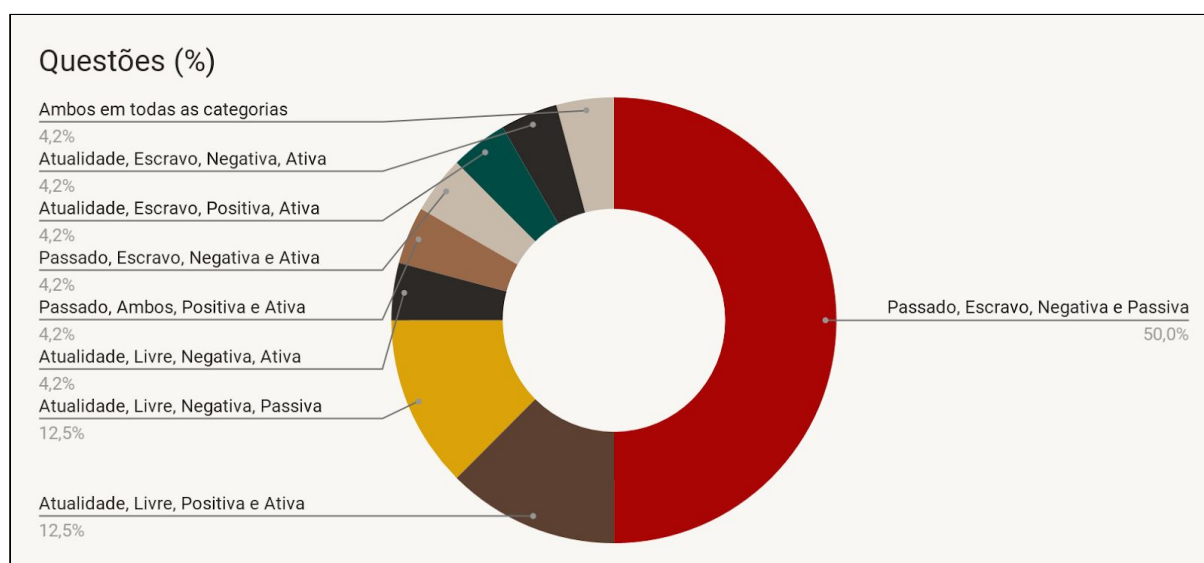


Figura 2 - Gráfico de distribuição das questões nas 9 categorias encontradas

Portanto, após análise documental inicial e posterior categorização nas classificações já descritas, optou-se por seguir com a análise do discurso em 1 (uma) questão escolhida aleatoriamente de cada categoria. Sendo assim, serão analisadas 9 questões em profundidade.

## **4.2. Análise do discurso: como são contadas as nossas histórias**

### **4.2.1. Atos Ilocutórios: contexto da contação das histórias**

O livro "Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação", traz em seu capítulo sobre análise do discurso, o seguinte trecho:

Ato ilocutório é o domínio do ato de fala articulado à situação social, ao contexto. (MANHÃES, 2009, p. 313).

Escolheu-se a metodologia de análise do discurso e por conseguinte, análise dos atos de fala, por entender que o próprio conceito e construção da narrativa, leva em consideração aspectos abstratos e contextuais, semelhantemente ao que se atenta na observação e análise dos atos de fala ilocutórios e perlocutórios. É retomando esse aspecto da narrativa citado por Cogo, que inicia-se a segunda parte de análise do material:

A narrativa genuína seria um discurso aberto, como será exposto a seguir, que prescindiria de explicação imediata e onde a 'moral da história' estaria para ser construída em cada um [...] E esta qualidade plural da narrativa, que pode agregar diversos elementos de elaboração distinta (valores, padrões linguísticos, mitos, metáforas, fatos), reconfigura as mensagens e às trocas. (COGO, 2012, P. 77).

Para isso, serão analisados primeiramente os atos ilocutórios - aqueles que indicam a intenção do ato de fala, como uma ordem, um aviso ou um compromisso assumido:

Mas, ao mesmo tempo, também realizamos atos ilocutórios, que são proferimentos que têm uma certa força (convencional), por exemplo:

informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer etc. O ato ilocutório é “o que o locutor queria dizer com o que disse. (OLIVEIRA, 2007, P. 7).

E, em seguida, os atos perlocutórios - aqueles que produzem determinada ação no interlocutor, como uma tentativa de persuasão, convencimento, impedimento entre outros:

E, finalmente, podemos realizar atos perlocutórios, os quais produzimos porque dizemos algo como convencer, persuadir, impedir, surpreender, confundir etc. O ato perlocutório “é a consequência, o efeito, que o enunciado terá sobre o ouvinte”. (OLIVEIRA, 2007, P. 7).

Em suma, isso significa que das questões abaixo serão analisadas primeiramente os atos de fala presentes no enunciado e no texto que se referem a atos ilocutórios, então qual a ação que determinado trecho está emitindo para o interlocutor e em seguida os atos perlocutórios, tentando entender qual foi o efeito que aquele trecho produziu sobre o ouvinte.

Uma vez que o mapeamento das consequências dos enunciados como força perlocutória é de difícil execução - já que é quase impossível investigar cada estudante negro que prestou provas vestibulares para então entender qual reação lhe foi imprimida com a leitura das questões, os atos ilocutórios identificados neste tópico serão comparados posteriormente à análise quantitativa realizada, bem como aos 12 contrapontos sobre o racismo apresentado por Oracy Nogueira e a problemática do lugar de fala discutida por Djamila Ribeiro.

### **Questão 58, Enem 1998**

Classificação nas categorias anteriormente propostas:

- Tempo: Passado e Atualidade (ambos)
- Liberdade: Escravizado e Livre (ambos)
- Conotação: Positiva e Negativa (ambos)
- Perspectiva: Ativa e Passiva (ambos)

**ENEM/98**

Você está estudando o abolicionismo no Brasil e ficou perplexo ao ler o seguinte documento:

**Texto 1**  
*Discurso do deputado baiano Jerônimo Sodré Pereira – Brasil 1879*

*No dia 5 de março de 1879, o deputado baiano Jerônimo Sodré Pereira, discursando na Câmara, afirmou que era preciso que o poder público olhasse para a condição de um milhão de brasileiros, que jazem ainda no cativeiro. Nessa altura do discurso foi aparteado por um deputado que disse: "BRASILEIROS, NÃO".*

Em seguida, você tomou conhecimento da existência do Projeto Axé (Bahia), nos seguintes termos:

**Texto 2**  
*Projeto Axé, Lição de cidadania – 1998 – Brasil*

*Na língua africana lorubá, axé significa força mágica. Em Salvador, Bahia, o Projeto Axé conseguiu fazer, em apenas três anos, o que sucessivos governos não foram capazes: a um custo dez vezes inferior ao de projetos governamentais, ajuda meninos e meninas de rua a construírem projetos de vida, transformando-os de pivetes em cidadãos.*

*A receita do Axé é simples: competência pedagógica, administração eficiente, respeito pelo menino, incentivo, formação e bons salários para os educadores. Criado em 1991 pelo advogado e pedagogo italiano Cesare de Florio La Rocca, o Axé atende hoje a mais de duas mil crianças e adolescentes.*

*A cultura afro, forte presença na Bahia, dá o tom do Projeto Erê (entidade criança do candomblé), a parte cultural do Axé. Os meninos participam da banda mirim do Olodum, do Ilé Ayê e de outros blocos, jogam capoeira e têm um grupo de teatro.*

*Todas as atividades são remuneradas. Além da bolsa semanal, as crianças têm alimentação, uniforme e vale-transporte.*

**58** Com a leitura dos dois textos, você descobriu que a cidadania:

(A) jamais foi negada aos cativos e seus descendentes.  
 (B) foi obtida pelos ex-escravos tão logo a abolição fora decretada.  
 (C) não era incompatível com a escravidão.  
 (D) ainda hoje continua incompleta para milhões de brasileiros.  
 (E) consiste no direito de eleger deputados.

Figura 3 - questão 58, Enem 1998

Observa-se o seguinte:

- 1) Contraposição de dois cenários distintos acerca da luta pela cidadania: No primeiro, homens discursam pela via legal e entram em embate; no segundo, um trecho descreve o Projeto Axé que promove ações de cidadania;
- 2) O enunciado indica o ato de fala ilocutório "Você está estudando" indicando que isso é um fato e que deve existir uma análise por parte do interlocutor para os trechos apresentados em seguida na questão;
- 3) Também no enunciado, "ficou perplexo ao ler o seguinte documento" indica o tipo de reação que o narrador espera que tenha quando ao entrar em contato com o trecho seguinte. Embora pudesse ser interpretado como um ato perlocutório, esse trecho não diz

respeito a como o interlocutor reagiu de fato, mas sim como o locutor espera que um estudante reaja ao trecho racista que será exposto em seguida.

- 4) A expressão de qual seria um comportamento adequado ao entrar em contato com um enunciado racista, somado a estrutura da questão de contraposição de duas maneiras distintas de abordar o assunto da cidadania para pessoas negras, leva a crer que a narrativa que deseja ser contada nesse trecho é a de crítica ao enunciado racista.

### **Questão 25, Fuvest 1999 - realizada em 1998**

Classificação nas categorias anteriormente propostas:

- Tempo: Passado
- Liberdade: Escravizado
- Conotação: Negativa
- Perspectiva: Ativa

**T.25** - Segundo as pesquisas mais recentes, pode-se afirmar, em relação aos quilombos coloniais brasileiros, que os mesmos

- a) distinguiam-se pelo isolamento, pela marginalização, sem nenhum vínculo com os arredores que os cercavam;
- b) eram de caráter predominantemente agrícola, sobrevivendo do que plantavam e do que teciam;
- c) eram habitados exclusivamente por escravos fugidos, constituindo-se em verdadeiros Estados teocráticos;
- d) dedicavam-se, alguns, à agricultura, outros, à mineração, outros, ainda, ao pastoreio, articulando-se com os núcleos vizinhos através do comércio;
- e) existiram apenas durante o século XVII, tendo Palmares como eixo central.

Figura 4 - Questão 25, Fuvest 1999

Observa-se o seguinte:

- 1) O enunciado emite um ato ilocutório "pode-se afirmar, em relação aos quilombos coloniais brasileiros", em que deseja que o interlocutor escolha dentre as alternativas apresentadas, alguma que possa ser considerada uma afirmação;
- 2) Dentre as alternativas, duas parecem emitir juízo de valor com atos ilocutórios "distinguiam-se pelo isolamento, pela marginalização" - alternativa A; "constituindo-se em verdadeiros Estados teocráticos" - alternativa C. Apesar da teocracia ser uma característica de estruturação política, a expressão "em verdadeiros" parece ter juízo de valor, dado seu uso no senso comum como artifício de sarcasmo: "um verdadeiro idiota", "se transformou em um verdadeiro rei".
- 3) As demais alternativas, tratam todas de características de organização política, econômica e social dos quilombos, todas como atos ilocutórios de afirmação, trazendo uma perspectiva ativa das atividades desenvolvidas neste.

**Questão 39, Fuvest 2004 - Realizada no ano de 2003**

Classificação nas categorias anteriormente propostas:

- Tempo: Passado
- Liberdade: Escravizado
- Conotação: Negativa
- Perspectiva: Passiva

**39** Número de escravos africanos trazidos ao Brasil

Período	Milhares de indivíduos
1811-1820	327,7
1821-1830	431,4
1831-1840	334,3
1841-1850	378,4
1851-1860	6,4
1861-1870	0

Fonte: Tabelas de Philip Curtin e David Eltis

Pelos dados apresentados, pode-se concluir que, no século XIX,

- a) a importação de mão-de-obra escrava diminuiu em decorrência da crise da economia cafeeira.
- b) o surto industrial da época de Mauá trouxe como consequência a queda da importação de mão-de-obra escrava.
- c) a expansão da economia açucareira desencadeou o aumento de mão-de-obra livre em substituição aos escravos.
- d) a proibição do tráfico negreiro provocou alteração no abastecimento de mão-de-obra para o setor cafeeiro.
- e) o reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra causou a imediata diminuição da importação de escravos.

Figura 5: Questão 39, Fuvest 2004

Observa-se o seguinte:

- 1) Ato de fala ilocutório, de afirmação no enunciado "número de escravos africanos trazidos ao Brasil". O termo "escravo" indica a condição de existência dos africanos, e não condição a que foram submetidos como em "escravizados";
- 2) O gráfico mostra a variação da quantidade de indivíduos trazidos como mercadoria;
- 3) As alternativas trazem atos ilocutórios também afirmativos de possíveis fatores que levaram a variação apresentada anteriormente. O enunciado "pode-se concluir" no subjuntivo, indica que o locutor trará hipóteses e deseja que uma seja tida como correta.
- 4) As afirmativas dizem todas a respeito de como os escravizados foram afetados, porém sem levar em consideração suas ações como indivíduos, sempre retratando a "mão-de-obra" como um elemento passivo.

### Questão 4, Enem 2013

Classificação nas categorias anteriormente propostas:

- Tempo: Atualidade
- Liberdade: Livre
- Conotação: Negativa
- Perspectiva: Passiva

#### QUESTÃO 04

A África também já serviu como ponto de partida para comédias bem vulgares, mas de muito sucesso, como *Um príncipe em Nova York* e *Ace Ventura: um maluco na África*; em ambas, a África parece um lugar cheio de tribos doidas e rituais de desenho animado. A animação *O rei Leão*, da Disney, o mais bem-sucedido filme americano ambientado na África, não chegava a contar com elenco de seres humanos.

LEIBOWITZ, E. *Filmes de Hollywood sobre África ficam no clichê*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2010.

A produção cinematográfica referida no texto contribui para a constituição de uma memória sobre a África e seus habitantes. Essa memória enfatiza e negligencia, respectivamente, os seguintes aspectos do continente africano:

- ☐ A história e a natureza.
- ☒ O exotismo e as culturas.
- ☐ A sociedade e a economia.
- ☐ O comércio e o ambiente.
- ☐ A diversidade e a política.

Figura 6: Questão 4, Enem 2013

Observa-se o seguinte:

- 1) O trecho apresentado para análise traz juízo de valor sobre as produções que retratam a África: "a África parece um lugar cheio de tribos doidas e rituais de desenho animado". Trata-se de um ato ilocutório, de afirmação, que traz uma crítica sobre como o continente é retratado;
- 2) No enunciado, o ato ilocutório "contribui para a constituição de uma memória sobre a África e seus habitantes" reforça o abordado no trecho em estudo, de que essas produções referidas são responsáveis pela construção de uma imagem sobre a África, e pede para



que o interlocutor destaque o que tal abordagem enfatiza e o que ela negligencia;

- 3) As questões trazem duas opções cada, para que o interlocutor escolha qual deveria completar a frase afirmativa. Não existe nenhum juízo de valor no enunciado acerca da problemática das produções enfatizarem o exotismo;
- 4) A abordagem do continente é sobre a retratação das produções, de maneira passiva, sem contraposição com outras maneiras de representação, que possam ser ativas.

### Questão 105, Enem 2013

Classificação nas categorias anteriormente propostas:

- Tempo: Atualidade
- Liberdade: Escravizado
- Conotação: Negativa
- Perspectiva: Ativa

#### QUESTÃO 105

##### Olá! Negro

Os netos de teus mulatos e de teus cafuzos  
e a quarta e a quinta gerações de teu sangue sofredor  
tentarão apagar a tua cor!  
E as gerações dessas gerações quando apagarem  
a tua tatuagem execranda,  
não apagarão de suas almas, a tua alma, negro!  
Pai-João, Mãe-negra, Fulô, Zumbi,  
negro-fujão, negro cativo, negro rebelde  
negro cabinda, negro congo, negro ioruba,  
negro que foste para o algodão de USA  
para os canaviais do Brasil,  
para o tronco, para o colar de ferro, para a canga  
de todos os senhores do mundo;  
eu melhor compreendo agora os teus *blues*  
nesta hora triste da raça branca, negro!  
Olá, Negro! Olá, Negro!  
A raça que te enforca, enforca-se de tédio, negro!

LIMA, J. Obras completas. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958 (fragmento).

O conflito de gerações e de grupos étnicos reproduz, na visão do eu lírico, um contexto social assinalado por

- ☐ A modernização dos modos de produção e consequente enriquecimento dos brancos.
- ☒ B preservação da memória ancestral e resistência negra à apatia cultural dos brancos.
- ☐ C superação dos costumes antigos por meio da incorporação de valores dos colonizados.
- ☐ D nivelamento social de descendentes de escravos e de senhores pela condição de pobreza.
- ☐ E antagonismo entre grupos de trabalhadores e lacunas de hereditariedade.

Figura 7: Questão 105, Enem 2013

Observa-se o seguinte:

- 1) Atos ilocutórios com o uso do futuro afirmativo "tentarão apagar a tua cor", em que o locutor comunica uma previsão. Atos ilocutórios com o uso do subjuntivo "quando apagarem" indicam a relação de condição: quando os descendentes apagarem a cor, não apagarão a alma do negro;
- 2) Figuras e personalidades negras de forte importância cultural, elencadas como exemplos do que não será apagado, e, por conseguinte, um eu lírico que descreve pessoas negras desde uma perspectiva ativa;
- 3) A discussão sobre memória e apagamento cultural abordada tanto no trecho do poema, quanto na alternativa assinalada;
- 4) Ato ilocutório de afirmação no enunciado, sugerindo que o interlocutor deve encontrar uma alternativa que possa ser afirmativa.

### **Questão 24, Enem 2018**

Classificação nas categorias anteriormente propostas:

- Tempo: Atualidade
- Liberdade: Livre
- Conotação: Negativa
- Perspectiva: Ativa

**QUESTÃO 24**

**A imagem da negra e do negro em produtos de beleza e a estética do racismo**

**Resumo:** Este artigo tem por finalidade discutir a representação da população negra, especialmente da mulher negra, em imagens de produtos de beleza presentes em comércios do nordeste goiano. Evidencia-se que a presença de estereótipos negativos nessas imagens dissemina um imaginário racista apresentado sob a forma de uma estética racista que camufla a exclusão e normaliza a inferiorização sofrida pelos(as) negros(as) na sociedade brasileira. A análise do material imagético aponta a desvalorização estética do negro, especialmente da mulher negra, e a idealização da beleza e do branqueamento a serem alcançados por meio do uso dos produtos apresentados. O discurso midiático-publicitário dos produtos de beleza rememora e legitima a prática de uma ética racista construída e atuante no cotidiano. Frente a essa discussão, sugere-se que o trabalho antirracismo, feito nos diversos espaços sociais, considere o uso de estratégias para uma “descolonização estética” que empodere os sujeitos negros por meio de sua valorização estética e protagonismo na construção de uma ética da diversidade.

**Palavras-chave:** Estética, racismo, mídia, educação, diversidade.

SANTANA, J. A imagem da negra e do negro em produtos de beleza e a estética do racismo. Dossiê: trabalho e educação básica. *Margens Interdisciplinar*. Versão digital. Abaetetuba, n.16, jun. 2017 (adaptado).

O cumprimento da função referencial da linguagem é uma marca característica do gênero resumo de artigo acadêmico. Na estrutura desse texto, essa função é estabelecida pela

- Ⓐ impessoalidade, na organização da objetividade das informações, como em “Este artigo tem por finalidade” e “Evidencia-se”.
- Ⓑ seleção lexical, no desenvolvimento sequencial do texto, como em “imaginário racista” e “estética do negro”.
- Ⓒ metaforização, relativa à construção dos sentidos figurados, como nas expressões “descolonização estética” e “discurso midiático-publicitário”.
- Ⓓ nominalização, produzida por meio de processos derivacionais na formação de palavras, como “inferiorização” e “desvalorização”.
- Ⓔ adjetivação, organizada para criar uma terminologia antirracista, como em “ética da diversidade” e “descolonização estética”.

Figura 8: Questão 24, Enem 2018

Observa-se o seguinte:

- 1) Vários atos ilocutórios de afirmação como "evidencia-se que a presença de estereótipos";
- 2) Juízo de valor em práticas racistas, como em "O discurso midiático-publicitário dos produtos de beleza rememora e legitima a prática de uma ética racista";

- 3) Apesar de tratar de um tema negativo - como o racismo na estética, traz atos ilocutórios com verbos imperativos que apontam para o empoderamento e descrição do sujeito negro ativamente: "que empodere os sujeitos negros por meio de sua valorização estética";
- 4) As alternativas não estão relacionadas a temática do texto e sim a sua construção.

### Questão 57, Enem 2018

Classificação nas categorias anteriormente propostas:

- Tempo: Passado
- Liberdade: Livre e escravizado (ambos)
- Conotação: Positiva
- Perspectiva: Ativa

#### QUESTÃO 57

A poetisa Emília Freitas subiu a um palanque, nervosa, pedindo desculpas por não possuir títulos nem conhecimentos, mas orgulhosa ofereceu a sua pena que "sem ser hábil, é, em compensação, guiada pelo poder da vontade". Maria Tomásia pronunciava orações que levantavam os ouvintes. A escritora Francisca Clotilde arrebatava, declamando seus poemas. Aquelas "angélicas senhoras", "heroínas da caridade", levantavam dinheiro para comprar liberdades e usavam de seu entusiasmo a fim de convencer os donos de escravos a fazerem alforrias gratuitamente.

MIRANDA, A. Disponível em: [www.opovoonline.com.br](http://www.opovoonline.com.br). Acesso em: 10 jun. 2015.

As práticas culturais narradas remetem, historicamente, ao movimento

- A** feminista.
- B** sufragista.
- C** socialista.
- D** republicano.
- E** abolicionista.

Figura 9: Questão 57, Enem 2018

Observa-se o seguinte:

- 1) Atos ilocutórios com o uso dos verbos no afirmativo descrevem a atuação emocional das personagens: "pronunciava orações que levantavam os ouvintes", "Francisca Clotilde arrebatava";

- 2) Descrição de indivíduos negros desde uma perspectiva ativa, narrando sobre a luta contra escravidão à partir de referenciais negros;
- 3) Embora perpassasse o tema da escravidão, conotação negativa, enfatizando as habilidades oratórias das personagens;
- 4) O enunciado classifica o trecho apresentado como "práticas culturais", e pede que o interlocutor relacione com uma das alternativas.

### Questão 64, Enem 2018

Classificação nas categorias anteriormente propostas:

- Tempo: Atualidade
- Liberdade: Escravizado
- Conotação: Positiva
- Perspectiva: Ativa

#### QUESTÃO 64

Outra importante manifestação das crenças e tradições africanas na Colônia eram os objetos conhecidos como “bolsas de mandinga”. A insegurança tanto física como espiritual gerava uma necessidade generalizada de proteção: das catástrofes da natureza, das doenças, da má sorte, da violência dos núcleos urbanos, dos roubos, das brigas, dos malefícios de feiticeiros etc. Também para trazer sorte, dinheiro e até atrair mulheres, o costume era corrente nas primeiras décadas do século XVIII, envolvendo não apenas escravos, mas também homens brancos.

CALAINHO, D. B. Feitiços e feiticeiros. In: FIGUEIREDO, L. *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013 (adaptado).

A prática histórico-cultural de matriz africana descrita no texto representava um(a)

- A** expressão do valor das festividades da população pobre.
- B** ferramenta para submeter os cativos ao trabalho forçado.
- C** estratégia de subversão do poder da monarquia portuguesa.
- D** elemento de conversão dos escravos ao catolicismo romano.
- E** instrumento para minimizar o sentimento de desamparo social.

Figura 10: Questão 64, Enem 2018

Observa-se o seguinte:

- 1) Atos ilocutórios que destacam a prática como uma manifestação de valor cultural, como em "outra importante manifestação cultural";
- 2) Tratamento da temática da insegurança e desamparo social através de uma perspectiva ativa: ferramentas das crenças e culturas populares
- 3) Enunciado que reforça a relação com a cultura negra em "prática histórico-cultural de matriz africana", bem como reconhecimento do hábito em um contexto de construção cultural
- 4) Alternativas que trazem a possibilidade de significado tanto positivo quanto negativo para a prática descrita.

### Questão 88, Fuvest 2019 - realizada no ano de 2018

Classificação nas categorias anteriormente propostas:

- Tempo: Atualidade
- Liberdade: Livre
- Conotação: Positiva
- Perspectiva: Ativa

**88**

Em junho de 1995, a seleção de *rugby* da África do Sul conquistou a Copa do Mundo dessa modalidade esportiva ao vencer a equipe da Nova Zelândia por 15 a 12, na cidade de Johannesburgo. O capitão sul-africano, François Pienaar, recebeu a taça destinada à seleção campeã das mãos de Nelson Mandela.

Esse acontecimento esportivo

- (A) é um dos marcos do fim do *Apartheid*, devido à constituição de uma primeira seleção multirracial representando a África do Sul.
- (B) tornou-se uma das justificativas para o veto à participação da África do Sul em eventos esportivos devido à proibição da presença de atletas brancos.
- (C) permitiu a vitória eleitoral de Mandela, apoiado massivamente pelos bôeres insuflados pelo nacionalismo sul-africano.
- (D) desencadeou uma série de conflitos raciais entre negros e brancos devido às rivalidades entre os atletas da seleção sul-africana.
- (E) foi realizado graças a um esforço conjunto de Nelson Mandela e de Frederik de Klerk, agraciados, por isso, com o prêmio Nobel da Paz.

Figura 11: Questão 88, Fuvest 2019

Observa-se o seguinte:

- 1) Atos ilocutórios com verbos afirmativos, que indicam a importância da presença de Nelson Mandela, como a ênfase "recebeu a taça destinada à seleção das mãos de Nelson Mandela";
- 2) Traz fatos históricos da cultura e história negra, também da atualidade e com uma perspectiva positiva na participação da História;
- 3) Alternativas com possibilidades tanto positivas quanto negativas para o significado do acontecimento esportivo;

#### **4.2.2. Atos Perlocutórios: como o sujeito e o interlocutor se posicionam**

Como não é possível, conforme colocado anteriormente, a análise da reação provocada em cada estudante negro, à partir de cada questão estudada no presente trabalho, os dados da análise documental e dos atos ilocutórios serão comparados com a argumentação teórica construída anteriormente.

Em primeiro lugar, é de suma importância destacar que no universo de 994 questões estudadas, apenas 24 faziam referência a populações negras. Isso, por si só já pode ser relacionado com as colocações de Djamila Ribeiro acerca da necessidade de contar histórias a partir de múltiplos pontos de vista. A ausência da temática negra não só é alarmante pois mais de 50% da população se considera afrodescendente (como apresentado na pesquisa do IBGE anteriormente), mas também porque existe uma grande lacuna de construção histórico-social que é perdida com a falta de informações.

Um exemplo desse fato é a disparidade de questões que tratam da temática negra desde uma perspectiva ativa. A imensa maioria das questões trata de populações negras única e exclusivamente durante o período da escravidão e se referindo apenas como mão de obra (50%

das questões se enquadra na categoria "passado, escravizado, negativa e passiva"). Em seguida, mesmo aquelas que não tratam de indivíduo escravizado, seguem com a tendência de demonstrar juízo de valor negativo quando em relação da temática negra (79% de todas as questões são negativas), como é o caso da questão 25 (Fuvest 1999) que fala sobre "marginalização", "isolamento", entre outros.

O racismo de marca, conceituado por Oracy Nogueira também parece influenciar na lacuna de abordagem das atividades culturais, econômicas e sociais de comunidades negras. Com a desconexão da origem, uma vez que "Em casa de enforcado não se fala em corda", a minoria das questões aborda a temática desde uma perspectiva ativa (32%). Nesse ponto, pouco se avalia sobre os conhecimentos de história e ancestralidade afrodescendente, que parece se relacionar com a confusão identitária apontada pelo estudo da composição étnico-racial do IBGE.

As questões pouco usam a palavra "negro" ou reforçam a sua normalização, quebrando com o ciclo de conotação negativa que a ela é atribuído, como um dos pontos do racismo de marca. A maior parte dos enunciados se refere somente a "escravos", o que também indica um *gap* de contextualização: negros não são escravos por condição natural, foram colocados escravizados dentro de uma estrutura social e política.

O cenário crítico de construção da narrativa sobre povos negros parece se reproduzir até o hiato 2013-2018, em que as provas começam a trazer mais questões que tratam da história da África e de seus descendentes não somente pela perspectiva do colonizador - novamente a importância de se localizar na fala desde qual ponto de vista as histórias são contadas. Embora a alteração na Lei de Diretrizes e Bases da educação para o ensino de história e cultura afro seja datada de 2003, parece haver certa demora na mudança de comportamento das provas vestibulares (o que de certa forma é esperado, pelo distanciamento de tempo entre educação básica e avaliações pré-vestibular):



O primeiro estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. O mesmo artigo ainda determina que tais conteúdos devem ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras. Portal do MEC, 2007

O gráfico a seguir mostra a distribuição das questões negativas ao longo dos 20 anos estudados, tendo como ponto de marcação o ano de 2003 - atualização da lei:

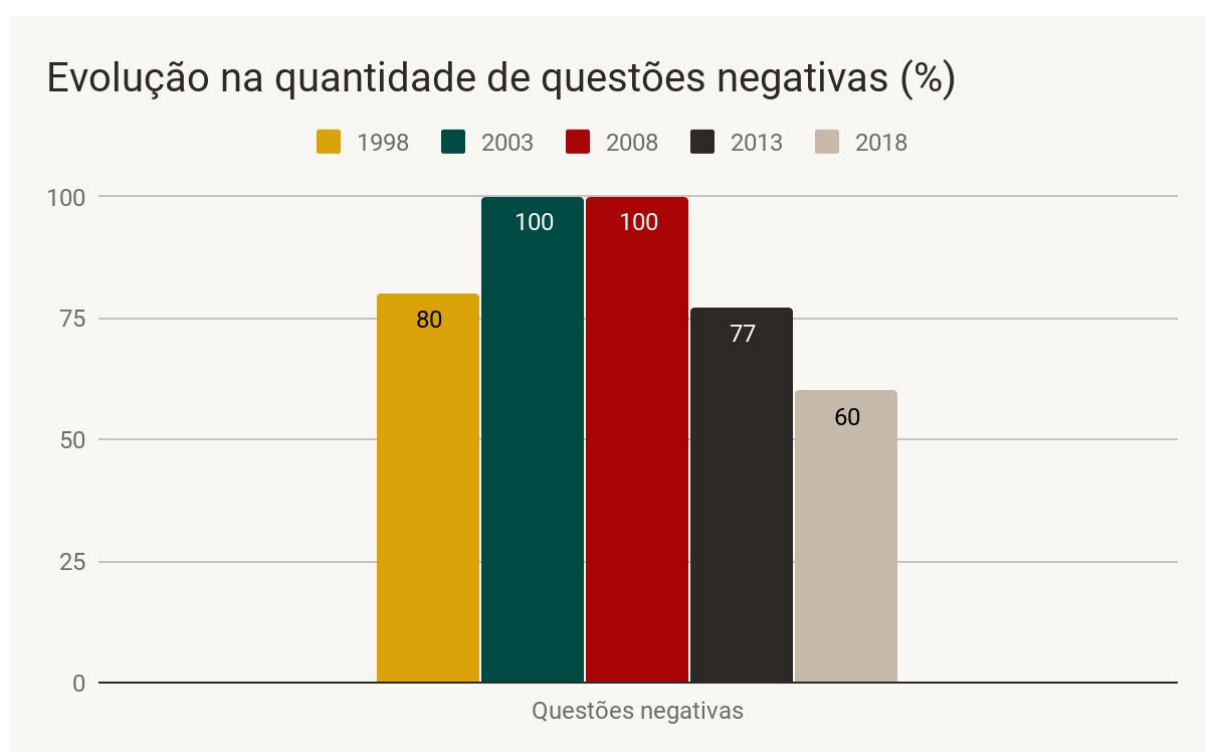


Figura 12: gráfico de evolução das questões negativas ao longo do tempo

É possível observar uma queda significativa entre 2008 e 2013, atingindo a menor porcentagem de questões com conotação negativa no vestibular do ano de 2018 (60%). Também avaliou-se a distribuição de questões por período, de cada categoria das 9 determinadas:

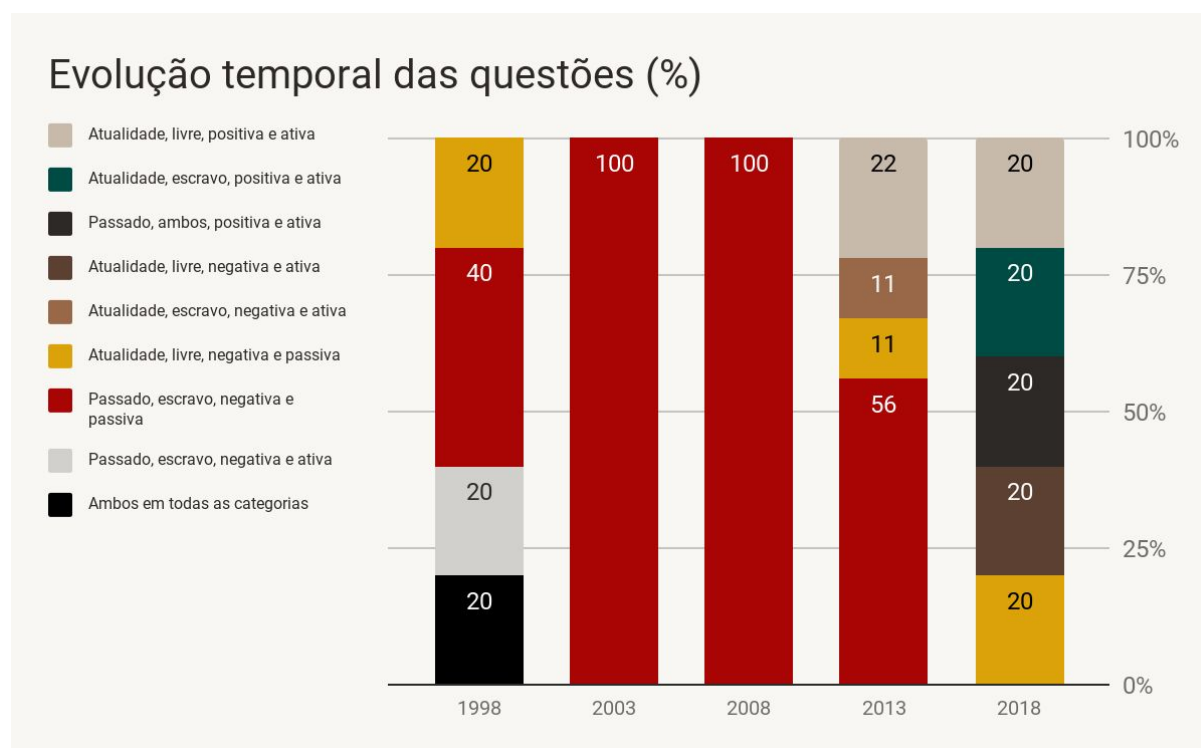


Figura 13: Gráfico de evolução temporal das questões nas 9 categorias encontradas

À partir do gráfico acima é possível identificar que as primeiras provas que não possuem questões que tratam a população negra desde fatos passado, sob condição escravizada, com uma conotação negativa e perspectiva passiva, foram as do ano de 2018.

Apesar de ainda trazer questões de conotação negativa, traz abordagens mais diversas do que os anos anteriores. Aqui, vale ressaltar que dado o passado escravista brasileiro, é praticamente impossível, se não incoerente não haver questões de conotação negativa, pois é preciso avaliar o conhecimento sobre fatos passados - inclusive aqueles que não devem ser repetidos, portanto o cerne da questão parece ser a forma de abordagem dessas narrativas. Como abordado anteriormente à partir dos estudos de Djamila Ribeiro, não espera-se que não se discutam e por conseguinte avaliem questões de temas espinhosos, porém, a localização na fala e a diversidade de perspectivas é de suma importância.

Na questão 57 (Enem 2018), é abordada a temática da escravidão, porém desde uma

perspectiva ativa, que enfatiza a resistência negra e o seu papel protagonista dentro da própria abolição. Uma abordagem atual e que se contrapõe vertiginosamente a questão 39 (Fuvest 2004), que aborda o assunto da diminuição da entrada de negros escravizados no Brasil, desde uma perspectiva completamente passiva, com o recurso gráfico que categoriza esses indivíduos simplesmente como "mão-de-obra escrava".

O gráfico a seguir contrapõe a quantidade de questões negativas em cada prova, ao longo dos anos estudados:

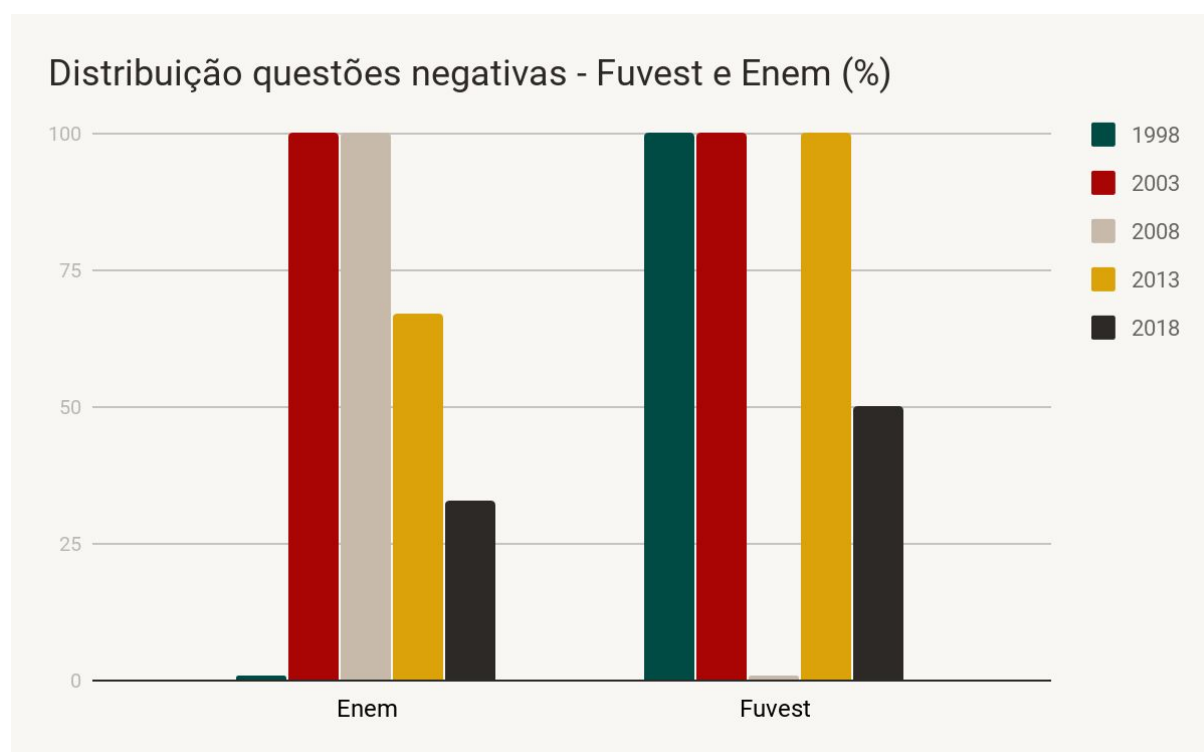


Figura 14: Gráfico comparativo de distribuição de questões negativas ao longo do tempo.

Aqui, é importante fazer duas ressalvas:

- 1) Em 1998, o Enem teve apenas 1 questão sobre população negra e tratava-se de uma questão de contraposição entre uma conotação negativa e outra positiva;
- 2) Em 2008 a Fuvest não teve nenhuma questão que abordasse história, cultura ou população negra dentre suas 90 questões de primeira fase.

Feitas essas ressalvas que modificam a maneira com que se interpreta o gráfico, é possível perceber uma lentidão na redução de questões com conotação negativa nas provas da Fuvest nos anos de 2013 e 2018. Comparativamente também a Fuvest apresentou muitas mais questões com conotação negativa ao longo dos anos:

- Foram estudadas 11 questões da Fuvest, dentre as quais 10 possuíam conotação negativa (91%);
- Foram estudadas 13 questões do Enem, dentre as quais 8 possuíam conotação negativa (61%);

Dada a brevidade do presente trabalho, não é possível estender-se na comparação das duas provas, porém se, como estudado e analisado, as avaliações de vestibulares contam uma determinada narrativa sobre populações negras, é de suma importância levar essa temática para a discussão das questões raciais no ensino superior, em especial, do ensino público.

*Parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nós possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana. - Grada Kilomba, Memórias da Plantação, 2019.*

## 5. Considerações Finais

A partir da abordagem de diversos teóricos na área da comunicação e dos estudos raciais, bem como da análise das provas vestibulares da FUVEST e ENEM, foi possível perceber a existência de uma narrativa negativa acerca de povos e populações negras.

Para além do ponto de partida inicial da lacuna de contação de histórias negras, inclusive já teoricamente complementada pela atualização da Lei de Diretrizes e Bases, foi percebido também uma história de inferiorização que se apresentou com mais intensidade antes da promulgação e que ainda hoje parece persistir com mais força na prova vestibular da FUVEST.

É evidente que a escravização de pessoas negras fez parte da história do Brasil e seria incoerente imaginar que é possível omitir esse fato, inclusive porque a rememoração mantém viva a lembrança dos horrores da escravidão, das formas como ela se perpetua até hoje e traz a todo momento a discussão de combate. Parafraseando o lema das lutas anti ditatoriais: "Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça". Porém, essa história pode e deve ser contada desde uma perspectiva ativa, de resistência, cultural, atuação e combate dos negros. A narrativa de que a abolição da escravatura ocorreu por causa da movimentação de indivíduos brancos, que se compadeceram, está ultrapassada.

Negros e negras resistiam às violências, se organizavam política e socialmente nos quilombos e encontravam maneiras de manter sua cultura viva, apesar das opressões provocadas pelos portugueses. Inclusive, como descrito em uma das questões abordadas na análise, faziam adaptações em seus hábitos culturais e produziam novos referenciais de ancestralidade mesmo na situação degradante a que eram submetidos. Existe e é urgente uma outra maneira, com outro lugar de fala, de contar a história para as crianças.

Em um segundo ponto, é extremamente relevante ressaltar que a história negra não se resume única e exclusivamente aos anos sombrios da escravidão. Infelizmente, a maior parte das questões encontradas nos vestibulares estudados insiste em fazer uma abordagem do indivíduo negro através de sua condição de escravo no período

colonial. Antes, durante e depois da escravidão existem inúmeros referenciais de homens e mulheres negros nas artes, na literatura, nas ciências, na organização político-social e na sociedade civil como um todo, que devem ser abordados inclusive para construção de outros tipos de repertórios nas crianças negras e não negras.

Que, como sociedade, possamos construir novas narrativas para nossas crianças negras, de protagonismo, empoderamento e possibilidades acerca delas mesmas e, que ensinemos nossas crianças não-negras a serem aliadas na luta antirracista como seus pais não foram capazes de ser.

## 6. Referências

ACERVO FUVEST. **Fuvest 1999**. Disponível em: <https://acervo.fuvest.br/fuvest/1999/>. Acesso em: 13 mai. 2020.

Bandeira, Gustavo Nascimento. **Beyoncé In Formation: videoclipe e narrativas raciais**. São Paulo, 2019.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **Educação é a base**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 2 out. 2019.

BIBLIOTECA DIGITAL FGV. **FGV DAPP - Diretoria de Análise de Políticas Públicas**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12061>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BIBLIOTECA IBGE. **Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BLOGUEIRAS NEGRAS. **Colorismo quem decide**. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/colorismo-quem-decide/>. Acesso em: 4 out. 2019.

BLOGUEIRAS NEGRAS. **Colorismo: sobre tonalidades e invisibilidades**. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/colorismo-sobre-tonalidades-e-invisibilidade/>. Acesso em: 4 out. 2019.

BLOGUEIRAS NEGRAS. **Cor do sucesso**. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/cor-do-sucesso/>. Acesso em: 4 out. 2019.



BLOGUEIRAS NEGRAS. **Eu sou negra.** Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/eu-sou-negra/> . Acesso em: 4 out. 2019.

BLOGUEIRAS NEGRAS. **Negra brasileira despatriada nos Estados Unidos.** Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/negra-brasileira-despatriada-nos-estados-unidos/>. Acesso em: 4 out. 2019.

BLOGUEIRAS NEGRAS. **Um caminho para si.** Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/um-caminho-para-si/> . Acesso em: 4 out. 2019.

COGO, Rodrigo. Da memória ao storytelling: em busca de novas narrativas organizacionais. **Teses Usp**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-279, dez./2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-05122012-171130/publico/damemo-riaaostorytellingrodrigocogooriginal.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power?. **Signs**, The University of Chicago, v. 22, n. 2, p. 375-381, winter/1997. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/3175278?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/3175278?seq=1#metadata_info_tab_contents)>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CORRÊA, Leda; OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **Produção e Recepção de Texto I**. 1. ed. São Cristóvão: CESAD, 2007.

CURSO OBJETIVO. **Resolução Comentada.** Disponível em: [https://www.curso-objetivo.br/vestibular/resolucao\\_comentada/fuvest.asp](https://www.curso-objetivo.br/vestibular/resolucao_comentada/fuvest.asp). Acesso em: 13 mai. 2020.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FGV DAPP. **Arquivo Política e Redes Sociais**. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/politica-na-rede/pulso/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GELEDÉS. **Brasileiros acham que há racismo mas somente 1,3% se consideram racistas**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/brasileiros-acham-que-ha-racismo-mas-somente-1-3-se-considera-m-racistas/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

GELEDÉS. **Morenas exóticas: um debate sobre colorismo, negritude e arquétipos femininos da ideologia da mestiçagem**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/morenas-exoticas-um-debate-sobre-colorismo-negritude-e-arquetipos-femininos-da-ideologia-da-mesticagem/#axzz3TncdFQSe>. Acesso em: 4 out. 2019.

GELEDÉS. **Nem morena nem mulata**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nem-morena-nem-mulata/>. Acesso em: 4 out. 2019.

GELEDÉS. **Sobre brancos, mestiços e afroconvenientes**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sobre-brancos-mesticos-e-afroconvenientes/>. Acesso em: 4 out. 2019.

HEKMAN, Susan. Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited. **Signs**, The University of Chicago, v. 22, n. 2, p. 341-365, winter/1997. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/3175275?read-now=1&seq=17#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/3175275?read-now=1&seq=17#page_scan_tab_contents). Acesso em: 10 mar. 2020.

INSTITUTO DATA POPULAR. **Home**. Disponível em: <http://datapopular.com.br/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

KUNSCH, M.M.K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003.

MANHÃES, Eduardo. Análise do Discurso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 280-303.

NASCIMENTO, R. M. D. ATOS DE FALA NA MÚSICA CÁLICE: REALIZAÇÕES, EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS. Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, Abaetetuba, v. 10, n. 2, p. 37, dez./2017.

NASSAR, Paulo. **Gestcorp**: Comunicação Organizacional. 1. ed. São Paulo: Summus, 2016

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov./2006. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/5518184/nogueira-oracy-preconceito-racial-de-marca-e-preconceito-racial-de-origem>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

OLIVEIRA, J. A. D. **Por uma comunicação organizacional "mestiça"**. UFPR: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/oliveira-jair-comunicacao-organizacional.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2020.

PLANALTO. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 29 ago. 2019.

PORTAL MEC. **Lei obriga ensino de história e cultura afro.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/9403-sp-482745990>. Acesso em: 13 mai. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017. p. 1-56.

SILVA, T. M. G. S. E. O COLORISMO E SUAS BASES HISTÓRICAS DISCRIMINATÓRIAS. **revistas unifacs**, Bahia, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/download/4760/3121>>. Acesso em: 10 out. 2019.

WAINER, Daniel Ferreira. Oracy Nogueira e o estudo das relações raciais. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.100-117, Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/>, acesso em 28 de Março de 2020

WIKIPEDIA. **Caso Amarildo.** Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso\\_Amarildo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Amarildo). Acesso em: 4 out. 2019.

WIKIPEDIA. **Democracia Racial.** Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia\\_racial\\_no\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_racial_no_Brasil). Acesso em: 28 mar. 2020.

WIKIPEDIA. **Standpoint Theory.** Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Standpoint\\_theory](https://en.wikipedia.org/wiki/Standpoint_theory). Acesso em: 10 mar. 2020.

## 7. Apêndice

Planilha de análise das questões vestibulares. Questões destacadas representam as que foram escolhidas para a análise do discurso. Link de acesso: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1g4vHIxd4bQV2dqVU3sK5m61K6NzHpNQg32MfIBrBgms/edit?usp=sharing>

	Tempo	Liberdade	Conotação	Perspectiva	Total questões Prova	Porcentagem total que falam de negros	Conotação positiva	Perspectiva Ativa	Liberdade	Tempo
<b>Enem 98</b>					63	1/63	1/1	1/1	1/1	1/1
<b>Questão 58</b>	Ambos	Ambos	Ambos	Ambos						
<b>Fuvest 98</b>					160	4/160	0	1/2	1/3	1/4
<b>Questão 20</b>	Atualidade	Livre	Negativa	Passiva						
<b>Questão 24</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Questão 25</b>	Passado	Escravo	Negativa	Ativa						
<b>Questão 27</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Enem 03</b>					68	1/68	0	0	0	0
<b>Questão 48</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Fuvest 03</b>					100	2/100	0	0	0	0
<b>Questão 35</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Questão 39</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Enem 08</b>					63	2/63	0	0	0	0
<b>Questão 38</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Questão 39</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Fuvest 08</b>					90	0	0	0	0	0
<b>Enem 13</b>					180	6/180	2/6	2/6	3/6	3/6
<b>Questão 4</b>	Atualidade	Livre	Negativa	Passiva						
<b>Questão 6</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Questão 12</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Questão 32</b>	Atualidade	Livre	Positiva	Ativa						
<b>Questão 34</b>	Atualidade	Livre	Positiva	Ativa						
<b>Questão 105</b>	Atualidade	Escravo	Negativa	Ativa						
<b>Fuvest 13</b>					90	3/90	0	0	0	0
<b>Questão 64</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Questão 65</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Questão 81</b>	Passado	Escravo	Negativa	Passiva						
<b>Enem 18</b>					90	3/90	2/3	3/3	2/3	2/3
<b>Questão 24</b>	Atualidade	Livre	Negativa	Ativa						
<b>Questão 57</b>	Passado	Ambos	Positiva	Ativa						
<b>Questão 64</b>	Atualidade	Escravo	Positiva	Ativa						
<b>Fuvest 18</b>					90	2/90	1/2	1/2	2/2	2/2
<b>Questão 62</b>	Atualidade	Livre	Negativa	Passiva						
<b>Questão 88</b>	Atualidade	Livre	Positiva	Ativa						

## 8. Anexo

Seguem prints das questões que foram utilizadas na análise estatística, mas não na análise do discurso.

FUVEST 1998

T.20 - Tendo em vista a dinâmica mundial dos movimentos migratórios na atualidade, qual das afirmações abaixo pode ser considerada correta?

- a) As graves crises econômicas e políticas, que estão ocorrendo na África, têm feito com que as fronteiras de alguns países sejam palco de afluxo de milhares de refugiados, produzindo o que podemos chamar de "fronteiras em caos".
- b) A fronteira que separa a Europa do Noroeste da África mantém a mesma abertura da década de 50 e essa situação é de suma importância para o fluxo migratório em direção à Europa.
- c) Na África, as migrações entre países pobres não encontram impedimentos por parte dos Estados, fato que provoca uma grande mobilidade da população em todo o território africano.
- d) As migrações oriundas da região do Caribe, em direção à América do Norte, não conhecem nenhum tipo de obstáculo, fato que tem contribuído para o aumento dos fluxos migratórios.
- e) As "fronteiras abertas" dos países da Europa Ocidental têm permitido o livre fluxo de imigrantes oriundos, principalmente, dos países do Caribe e da África que apresentam graves problemas econômicos.

T.24 - Quanto à utilização da mão de obra durante o primeiro século de colonização, na região Nordeste do Brasil, pode-se afirmar que

- a) o escravo africano foi utilizado, preponderantemente, desde a fase do escambo do pau-brasil;
- b) as tribos tupis realizavam o comércio das madeiras com os franceses, ao passo que os aimorés e os nagôs plantavam gêneros alimentícios para os jesuítas e colonos;
- c) desde o final do século XVI até o início do XVII, negros e indígenas coexistiam nas propriedades açucareiras realizando, por vezes, tarefas diferenciadas;
- d) as principais atividades econômicas nesse período tinham como base o trabalho familiar e a mão de obra livre;
- e) a falência do escambo do pau-brasil redundou em utilização exclusiva do indígena na cultura açucareira e na criação do gado, até o final do século XVI.

**T.27** - Um número considerável de alforrias, a existência de um comércio ilícito, uma grande quantidade de tributos e uma inflação considerável são alguns dos traços que caracterizavam

- a) a sociedade colonial brasileira às vésperas da Independência;
- b) a economia paulista no auge do século XVII;
- c) Pernambuco na segunda metade do século XVI;
- d) as missões jesuíticas do Norte;
- e) a sociedade mineira do século XVIII.

## ENEM 2003

**48**

Observe as duas afirmações de Montesquieu (1689-1755), a respeito da escravidão:

*A escravidão não é boa por natureza; não é útil nem ao senhor, nem ao escravo: a este porque nada pode fazer por virtude; àquele, porque contrai com seus escravos toda sorte de maus hábitos e se acostuma insensivelmente a faltar contra todas as virtudes morais: torna-se orgulhoso, brusco, duro, colérico, voluptuoso, cruel.*

*Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de tornar escravos os negros, eis o que eu diria: tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram que escravizar os da África para utilizá-los para abrir tantas terras. O açúcar seria muito caro se não fizessemos que escravos cultivassem a planta que o produz.*

(Montesquieu. *O espírito das leis*.)

Com base nos textos, podemos afirmar que, para Montesquieu,

- (A) o preconceito racial foi contido pela moral religiosa.
- (B) a política econômica e a moral justificaram a escravidão.
- (C) a escravidão era indefensável de um ponto de vista econômico.
- (D) o convívio com os europeus foi benéfico para os escravos africanos.
- (E) o fundamento moral do direito pode submeter-se às razões econômicas.

## FUVEST 2004

**35** Comparando as colônias da América portuguesa e da América espanhola, pode-se afirmar que

- a) as funções dos *encomenderos* foram idênticas às dos colonos que receberam sesmarias no Brasil.
- b) a mão-de-obra escrava africana foi a base de sustentação das atividades mineradoras, em ambas as colônias.
- c) a atuação da Espanha, diferente da de Portugal, foi contrária às diretrizes mercantilistas para suas colônias.
- d) as manufaturas têxteis foram proibidas por ambas as Coroas, e perseguidas as tentativas de sua implantação.
- e) as atividades agrárias e mineradoras se constituíram na base das exportações das colônias das duas Américas.

Questão 38



Jean-Baptiste Debret. **Entrudo**, 1834.

Na obra **Entrudo**, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), apresentada acima,

- Ⓐ registram-se cenas da vida íntima dos senhores de engenho e suas relações com os escravos.
- Ⓑ identifica-se a presença de traços marcantes do movimento artístico denominado Cubismo.
- Ⓒ identificam-se, nas fisionomias, sentimentos de angústia e inquietações que revelam as relações conflituosas entre senhores e escravos.
- Ⓓ observa-se a composição harmoniosa e destacam-se as imagens que representam figuras humanas.
- Ⓔ constata-se que o artista utilizava a técnica do óleo sobre tela, com pinceladas breves e manchas, sem delinear as figuras ou as fisionomias.

Questão 39

O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravidura com as seguintes palavras: "Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1.º) o espírito daqueles que criavam a opinião pela idéia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos *meetings* [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2.º) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3.º) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas 'fábricas'; 4.º) a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5.º) a ação da família imperial."

Joaquim Nabuco. **Minha formação**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 144 (com adaptações).

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravidura foi o resultado de uma luta

- Ⓐ de idéias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.
- Ⓑ de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.
- Ⓒ partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial.
- Ⓓ política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.
- Ⓔ religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.



QUESTÃO 06

Ninguém desconhece a necessidade que todos os fazendeiros têm de aumentar o número de seus trabalhadores. E como até há pouco supriam-se os fazendeiros dos braços necessários? As fazendas eram alimentadas pela aquisição de escravos, sem o menor auxílio pecuniário do governo. Ora, se os fazendeiros se supriam de braços à sua custa, e se é possível obtê-los ainda, posto que de outra qualidade, por que motivo não hão de procurar alcançá-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa?

Resposta de Manuel Felizardo de Sousa e Mello, diretor geral das Terras Públicas, ao Senador Vergueiro. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (adaptado).

O fragmento do discurso dirigido ao parlamentar do Império refere-se às mudanças então em curso no campo brasileiro, que confrontaram o Estado e a elite agrária em torno do objetivo de

- ☐ A fomentar ações públicas para ocupação das terras do interior.
- ☐ B adotar o regime assalariado para proteção da mão de obra estrangeira.
- ☒ C definir uma política de subsídio governamental para o fomento da imigração.
- ☐ D regulamentar o tráfico interprovincial de cativos para sobrevivência das fazendas.
- ☐ E financiar a fixação de famílias camponesas para estímulo da agricultura de subsistência.

QUESTÃO 12

A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre. É no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade.

NABUCO, J. **O abolicionismo** [1883]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000 (adaptado).

No texto, Joaquim Nabuco defende um projeto político sobre como deveria ocorrer o fim da escravidão no Brasil, no qual

- ☐ A copiava o modelo haitiano de emancipação negra.
- ☐ B incentivava a conquista de alforrias por meio de ações judiciais.
- ☒ C optava pela via legalista de libertação.
- ☐ D priorizava a negociação em torno das indenizações aos senhores.
- ☐ E antecipava a libertação paternalista dos cativos.

**QUESTÃO 32**

Seguiam-se vinte criados custosamente vestidos e montados em soberbos cavalos; depois destes, marchava o Embaixador do Rei do Congo magnificamente ornado de seda azul para anunciar ao Senado que a vinda do Rei estava destinada para o dia dezesseis. Em resposta obteve repetidas vivas do povo que concorreu alegre e admirado de tanta grandeza.

Coroação do Rei do Congo em Santo Amaro, Bahia apud DEL PRIORE, M. Festas e utopias no Brasil colonial. In: CATELLI JR., R. **Um olhar sobre as festas populares brasileiras**. São Paulo: Brasiliense, 1994 (adaptado).

Originária dos tempos coloniais, a festa da Coroação do Rei do Congo evidencia um processo de

- ☐ A exclusão social.
- ☐ B imposição religiosa.
- ☐ C acomodação política.
- ☐ D supressão simbólica.
- ☒ E ressignificação cultural.

**QUESTÃO 34**

A recuperação da herança cultural africana deve levar em conta o que é próprio do processo cultural: seu movimento, pluralidade e complexidade. Não se trata, portanto, do resgate ingênuo do passado nem do seu cultivo nostálgico, mas de procurar perceber o próprio rosto cultural brasileiro. O que se quer é captar seu movimento para melhor compreendê-lo historicamente.

MINAS GERAIS. **Cadernos do Arquivo 1: Escravidão em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1988.

Com base no texto, a análise de manifestações culturais de origem africana, como a capoeira ou o candomblé, deve considerar que elas

- ☐ A permanecem como reprodução dos valores e costumes africanos.
- ☐ B perderam a relação com o seu passado histórico.
- ☒ C derivam da interação entre valores africanos e a experiência histórica brasileira.
- ☐ D contribuem para o distanciamento cultural entre negros e brancos no Brasil atual.
- ☐ E demonstram a maior complexidade cultural dos africanos em relação aos europeus.

64

*Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e à paixão de Cristo, que o vosso em um destes engenhos [...]. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento e martírio[...]. De todos os mistérios da vida, morte e ressurreição de Cristo, os que pertencem por condição aos pretos, e como por herança, são os mais dolorosos.*

P. Antônio Vieira, *Sermão décimo quarto*. In: I. Inácio & T. Lucca (orgs.). *Documentos do Brasil colonial*. São Paulo: Ática, 1993, p.73-75.

A partir da leitura do texto acima, escrito pelo padre jesuíta Antônio Vieira em 1633, pode-se afirmar, corretamente, que, nas terras portuguesas da América,

- a) a Igreja Católica defendia os escravos dos excessos cometidos pelos seus senhores e os incitava a se revoltar.
- b) as formas de escravidão nos engenhos eram mais brandas do que em outros setores econômicos, pois ali vigorava uma ética religiosa inspirada na Bíblia.
- c) a Igreja Católica apoiava, com a maioria de seus membros, a escravidão dos africanos, tratando, portanto, de justificá-la com base na Bíblia.
- d) clérigos, como P. Vieira, se mostravam indecisos quanto às atitudes que deveriam tomar em relação à escravidão negra, pois a própria Igreja se mantinha neutra na questão.
- e) havia formas de discriminação religiosa que se sobrepunham às formas de discriminação racial, sendo estas, assim, pouco significativas.

65

O tráfico de escravos africanos para o Brasil

- a) teve início no final do século XVII, quando as primeiras jazidas de ouro foram descobertas nas Minas Gerais.
- b) foi pouco expressivo no século XVII, ao contrário do que ocorreu nos séculos XVI e XVIII, e foi extinto, de vez, no início do século XIX.
- c) teve início na metade do século XVI, e foi praticado, de forma regular, até a metade do século XIX.
- d) foi extinto, quando da Independência do Brasil, a despeito da pressão contrária das regiões auríferas.
- e) dependeu, desde o seu início, diretamente do bom sucesso das capitanias hereditárias, e, por isso, esteve concentrado nas capitanias de Pernambuco e de São Vicente, até o século XVIII.

Examine as seguintes afirmações relativas a romances brasileiros do século XIX, nos quais a escravidão aparece e, em seguida, considere os três livros citados:

- I. Tão impregnado mostrava-se o Brasil de escravidão, que até o movimento abolicionista pode servir, a ela, de fachada.
- II. De modo flagrante, mas sem julgamentos morais ou ênfase especial, indica-se a prática rotineira do tráfico transoceânico de escravos.
- III. De modo tão pontual quanto incisivo, expõe-se o vínculo entre escravidão e prática de tortura física.

- A. **Memórias de um sargento de milícias;**
- B. **Memórias póstumas de Brás Cubas;**
- C. **O cortiço.**

As afirmações I, II e III relacionam-se, de modo mais direto, respectivamente, com os romances

- a) B, A, C.
- b) C, A, B.
- c) A, C, B.
- d) B, C, A.
- e) A, B, C.

## FUVEST 2019

Examine o anúncio.



Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul.

No contexto do anúncio, a frase “A diferença tem que ser só uma letra” pressupõe a

- (A) necessidade de leis de proteção para todos que trabalham.
- (B) existência de desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.
- (C) permanência de preconceito racial na contratação de mulheres para determinadas profissões.
- (D) importância de campanhas dirigidas para a mulher trabalhadora.
- (E) discriminação de gênero que se manifesta na própria linguagem.